

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Filipe Marcelino Duarte

São José: Economia, escravidão e mercado interno (1787-1836)

Florianópolis

2024

Filipe Marcelino Duarte

São José: Economia, escravidão e mercado interno (1787-1836)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Marcelino Duarte, Filipe

São José : Economia, escravidão e mercado interno (1787
1836) / Filipe Marcelino Duarte ; orientadora, Beatriz
Gallotti Mamigonian, 2024.

83 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Escravidão. 3. São José. 4. Mercado
interno. 5. Século XIX. I. Gallotti Mamigonian, Beatriz.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pelo Professor Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, Titular da Banca, e pelo Professor Clemente Gentil Penna, Titular, designados pela Portaria nº06/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Filipe Marcelino Duarte**, subordinado ao título “**São José: Economia, escravidão e mercado interno (1787-1836)**”. Aberta a sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 10,0, do Professor Waldomiro Lourenço da Silva Júnior a nota final 10,0 e do Professor Clemente Gentil Penna a nota final 10,0 sendo aprovado com a nota final 10,0 (dez). O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia quatro de abril de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 28 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian

Prof. Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

Prof. Clemente Gentil Penna

Candidato Filipe Marcelino Duarte



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade CEP 88.040-900
Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Filipe Marcelino Duarte, matrícula n.º 18200959, entregou a versão final de seu TCC cujo título é São José: Economia, escravidão e mercado interno (1787-1836), com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de abril de 2024.

Orientadora

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão à minha família e ao meu amado Lucas é imensurável pelo apoio indispensável que me proporcionaram durante minha jornada acadêmica. Sou profundamente grato à professora Beatriz Gallotti Mamigonian, cujas orientações valiosas foram fundamentais na elaboração deste trabalho. Expresso também minha gratidão ao professor Luciano Costa Gomes, a André Passos e à Fernanda Zimmermann, que generosamente compartilharam dados e transcrições de suas pesquisas, enriquecendo imensamente este trabalho.

RESUMO

O objeto deste trabalho é relação entre economia e escravidão na freguesia de São José nas três primeiras décadas do século XIX. Procurou-se observar, a partir dos batismo de africanos, mapas de população e registros da exportação de gêneros alimentícios, sobretudo a farinha de mandioca, como evoluiu o contingente demográfico de escravizados nesta comunidade em uma conjuntura em que o mercado interno expandia-se rapidamente criando oportunidades de capitalização para as unidades produtivas no litoral catarinense através da aquisição de trabalhadores cativos. Neste sentido, este trabalho acompanhou o caminho apontado por outras pesquisas sobre o tema da escravidão em Santa Catarina que puseram em evidência o emprego difundido destes trabalhadores nas pequenas e médias lavouras ligadas ao abastecimento interno e o potencial deste comércio de dinamizar esta economia. A análise cruzada destes dados indica que este momento econômico particularmente favorável, sobretudo a partir da segunda década do Oitocentos, coincidiu com uma expansão significativa no número de escravizados na freguesia, expansão que superou mesmo o crescimento populacional dos livres em São José, apontando, assim, para uma grande demanda e emprego de trabalhadores cativos pelas lavouras da região.

Palavras-chave: escravidão; São José; mercado interno; século XIX.

ABSTRACT

The objective of this study is to examine the relationship between the economy and slavery in the parish of São José during the first three decades of the 19th century. This research sought to observe, through the baptismal records of Africans, population maps, and registers of foodstuff exports—particularly cassava flour—how the demographic contingent of enslaved individuals in this community evolved in a context where the internal market was rapidly expanding, creating capitalization opportunities for productive units on the coast of Santa Catarina through the acquisition of captive workers. In this regard, this work followed the path indicated by other research on the theme of slavery in Santa Catarina, which highlighted the widespread employment of these workers in small and medium-sized farms linked to internal supply and the potential of this trade to energize this economy. The cross-analysis of these data indicates that this particularly favorable economic moment, especially from the second decade of the 1800s, coincided with a significant expansion in the number of enslaved individuals in the parish, an expansion that even surpassed the population growth of free people in São José, thus pointing to a great demand and employment of captive workers by the region's farms.

Keywords: slavery; São José; internal market; 19th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plano Hidrográfico da Ilha de Santa Catarina e da Terra Firme adjacente (1814):..46

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico I.** Valor total de entradas de açúcar, charque, trigo e farinha de mandioca no porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1799 e 1816 e 1819 e 1822.....26
- Gráfico II.** Batismos anuais de africanos na vila de Nossa Senhora do Desterro e nas freguesias de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.....39
- Gráfico III.** Batismos de africanos nas vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna e nas freguesias Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.....40
- Gráfico IV.** Batismos de africanos na vila de Nossa Senhora de Desterro entre os anos de 1788 e 1850.....44
- Gráfico V.** Número anual de batismos de africanos nas vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna e nas freguesias Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa entre os anos de 1807 e 1818.....57
- Gráfico VI.** Nações dos africanos batizados em São José entre 1801 e 1828.....60
- Gráfico VII.** Total de farinha de mandioca em arrobas importada pelo porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1799 e 1816 e 1819 e 1822.....70

LISTA DE TABELAS

Tabela I. Mapas de população da freguesia e vila de São José.....	17-18
Tabela II. Instalações produtivas na freguesia de São José da Terra Firme no ano de 1796.....	51
Tabela III. Produção agrícola e manufatureira da freguesia de São José da Terra firme em 1796.....	52
Tabela IV. Produção total de farinha de mandioca, arroz, milho e feijão em alqueires nas vilas e freguesias da capitania de Santa Catarina no ano 1796.....	53
Tabela V. Total de escravizados, livres, libertos e total percentual de escravizados sobre a população total da freguesia de São José da Terra Firme entre os anos de 1787 e 1831.....	55
Tabela VI. Batismos de africanos na freguesia de São José da Terra Firme entre os anos de 1801 e 1828.....	56-57
Tabela VII. Número de escravizados por sexo e taxa de masculinidade.....	58
Tabela VIII. Diferença entre o número de batismos de escravizados e o crescimento demográfico registrado nos mapas de população na vila de Desterro e nas freguesias de São José, São Miguel, Conceição da Lagoa e Lapa do Ribeirão.....	61
Tabela IX. Número de escravizados por inventário em São José no período de 1817 a 1827.....	65-66
Tabela X. Composição patrimonial dos inventários de São José nas três primeiras décadas do século XIX.....	69
Tabela XI. Total de farinha de mandioca, milho e feijão exportados em arrobas e total de milho exportado em quilos por Santa Catarina nos anos de 1796, 1803, 1804, 1806, 1810, 1819 e 1820.....	71

SUMÁRIO

Introdução:	11
Capítulo 1: Mercado interno e escravidão	20
1.1: Escravidão e o sentido da colonização.....	20
1.2: Escravidão para além das grandes unidades de exploração.....	22
Capítulo 2: Santa Catarina - Escravidão e produção de alimentos	29
2.1: A historiografia tradicional catarinense: plantacionismo e a escravidão marginalizada.....	29
2.2: A escravidão catarinense pelo olhar de seus contemporâneos: viajantes e governantes.....	31
2.3: Uma nova historiografia da escravidão em Santa Catarina: o mercado interno valorizado.....	34
Capítulo 3: São José: Escravidão e economia	43
3.1: Geografia, população e economia no século XVIII.....	43
3.2: São José no início do século XIX: o avanço da escravidão.....	53
Considerações finais:	72
Fontes:	74
Referências bibliográficas:	78

INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre a produção para o abastecimento do mercado interno colonial e o emprego de trabalhadores escravizados não é recente. Há décadas historiadores contrapuseram-se a um entendimento dito “plantacionista” da economia brasileira. Esta linha, representada sobretudo por historiadores associados à escola do “sentido da colonização”, na classificação de João Fragoso e Manolo Florentino, que incluiria historiadores como Caio Prado Júnior e Fernando Novais, tenderia a priorizar o vínculo entre as unidades produtivas agroexportadoras e o mercado externo como chave para a interpretação da colônia, ao prejuízo dos setores internos, cujo dinamismo econômico frágil seria fundamentalmente caudatário daquele outro setor. Percebendo no caráter colonial e agroexportador daquela economia uma séria limitação à existência de um mercado interno avultado, sobretudo nas zonas rurais, afastadas dos centros urbanos, aqueles historiadores tinham dificuldades em vislumbrar um emprego disseminado de trabalhos escravizados nas lavouras de alimento brasileiras, associando de forma íntima a escravidão à *plantation*.

Em Santa Catarina, tal associação entre *plantation* e escravidão casou-se bem com uma historiografia tradicional que buscava destacar a excepcionalidade do desenvolvimento histórico catarinense. Como uma imagem inversa da experiência brasileira, esta corrente valorizou, como aponta Ângelo Biléssimo “a presença do trabalhador livre europeu na formação econômica e social” do estado. (BILÉSSIMO, 2010 p.33). Na medida em que estes imigrantes teriam se instalado na região, sobretudo como pequenos proprietários rurais, não conformando, portanto, grandes unidades produtivas, a possibilidade do emprego de escravizados seria limitada. A síntese apresentada por Walter Piazza explicita esta linha de pensamento que foi compartilhada por outros pesquisadores, como Oswaldo Cabral:

a) na Capitania, depois Província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil; b) parcialmente tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris; c) o elemento povoador, luso-brasileiro (vicentista) ou luso-açoriano, não possuía grandes recursos financeiros para adquirir expressiva escravaria; [...] e) face à formação, a partir de 1829 e mais intensamente de 1850, de uma sociedade agrícola, com base em trabalhadores livres, estruturando a sua economia (rural ou urbana), basicamente no trabalho familiar, acentua-se o bloqueio à escravidão negra e determina a diminuição e desprestígio do comércio de escravos; (PIAZZA, 1975, p. 219)

Uma renovação no cenário da historiografia catarinense a respeito da escravidão começa a se esboçar a partir do final da década de 80, sobretudo com a publicação por estudantes e professores da Universidade Federal de Santa Catarina da obra *Negro em Terra*

de Branco, já na perspectiva da História Social. O tema torna-se objeto recorrente de estudos sobretudo a partir de meados da primeira década do século XXI. Entre os trabalhos desenvolvidos desde então, encontramos as referências que nos fornecem uma visão alternativa a respeito da formação econômica da capitania e província de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX (DAUWE, 2011, p. 51-57).

Estes pesquisadores e pesquisadoras, rejeitando a noção de incompatibilidade entre a pequena propriedade rural e o emprego de escravizados, identificaram na natureza da economia catarinense de então, isto é, no seu papel de fornecedor de alimentos para o mercado interno brasileiro, a possibilidade daquelas pequenas e médias unidades produtivas capitalizarem-se, sobretudo através aquisição de trabalhadores escravizados.

Neste sentido, eles identificam-se também com os trabalhos de pesquisadores como Bert Barickman, João Fragoso e Stuart Schwartz que, contrapondo-se ao plantacionismo pradiano, salientaram a importância econômica e social dos setores internos da economia e o potencial de acumulação que proporcionava.

Embora as pesquisas venham se avolumando, há, contudo, uma surpreendente lacuna de estudos a respeito do tema para a freguesia de São José neste período. É surpreendente à vista de sua importância econômica passada e presente.

De fato, hoje, a cidade, situada na região continental próxima à Ilha de Santa Catarina, é a mais rica e populosa das antigas freguesias fundadas pelos açorianos em meados do setecentos. No cenário estadual, é o quarto município mais populoso e o sexto mais rico. Em seu período de freguesia, a partir do final do século XVIII, São José já despontava como um dos principais centros produtores de alimentos e consolidaria-se nas décadas seguintes como um importante polo populacional e escravista. Estes, ademais, chegariam a compor pouco mais de um quarto da população josefense na terceira década do oitocentos. Cifra impressionante se considerarmos que em Pernambuco os escravizados perfaziam aproximadamente a mesma proporção em 1818. (MARTINS, 2017, p. 5)

À vista da relevância econômica presente e passada de São José e a importância do emprego de trabalhadores escravizados que já se pode entrever pelo seu número, optou-se por fazer uma pesquisa quantitativa visando observar a relação entre a produção para o mercado interno e a escravidão na freguesia de São José da Terra Firme entre os anos de 1787 e 1836.

Tal recorte responde, por um lado, às limitações impostas pela disponibilidade das fontes, sobretudo os mapas de população, que só passam a incluir informações demográficas a respeito dos escravizados na freguesia em 1787. E, por outro, à razões de natureza histórica, pertinentes à conjuntura econômica entre finais do século XVIII e início do século XIX.

Como veremos, o momento inicial deste período é marcado por uma intensificação da inserção comercial do litoral catarinense nos circuitos atlânticos como fornecedor de alimentos para o mercado interno colonial e a consequente ampliação do emprego de escravizados nas lavouras. Tratou-se de conjuntura favorável, que combinou a expansão da demanda de gêneros alimentícios com uma oferta elástica de trabalhadores fornecidos pelo tráfico atlântico, tendência que intensificou-se particularmente na segunda década do século XIX, após a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro. A avanço acelerado desta relação de produção encerrou-se por volta da década de trinta, período a partir do qual tem-se uma inflexão no ritmo da expansão da escravidão. Para São José, o ano de 1836 marca o ponto culminante desse processo. A partir de então, acompanhando a tendência catarinense, o desenvolvimento demográfico dessa população entra em um ritmo diferente, marcado agora pela sua paulatina crioulização, em virtude do declínio do tráfico para a província.

Partiu-se da hipótese de que as unidades produtivas josefenses responderiam à forte expansão da demanda por alimentos incorporando trabalhadores escravizados ao processo produtivo, implicando em um acréscimo da população escravizada.

Dada a natureza desta pesquisa, seu enfoque econômico e demográfico, este trabalho terá um caráter quantitativo e, para testar tal hipótese, foi necessário recorrer a fontes compatíveis com tal abordagem. Empregou-se para tanto os mapas de população. Elaborados em Santa Catarina desde, pelo menos, a instalação dos açorianos no litoral, estes mapas estão associados ao esforço pombalino de reconhecimento do território e população colonial dentro de uma estratégia de estabelecimento da soberania estatal, e também serviam “de suporte às políticas de ocupação do território, gestão das populações, exercício da fiscalidade, recrutamento militar e aproveitamento da mão de obra” (MATOS; SOUSA, 2015, p. 75). Este esforço de coleta de informações defrontava-se com sérias limitações, relacionadas à extensão do território, as dificuldades de comunicação, mas também à resistência das populações ao recenseamento. Em Santa Catarina, bem como em outras regiões da colônia, como aponta Luciano Costa Gomes, a prática recorrente do recrutamento militar levava as famílias a ocultar o número exato de pessoas a fim de evitar o serviço nas milícias (GOMES, 2017, p. 603).

Não obstante, como coloca o autor, tratam-se de fontes valiosíssimas na medida em que fornecem dados a respeito da condição socio-jurídica, idade, sexo, ocupação, entre outras informações a respeito das populações coloniais que estariam de todo indisponíveis, no caso de Santa Catarina, na sua ausência. Postos em conjunto, oferecem uma fonte consistente para a observação da tendência geral da evolução da população josefense, incluindo as

escravizadas e libertas, desde 1787.

A pesquisa de Luciano Costa Gomes a partir destes mapas demonstra a potencialidade da fonte. Em *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836* comparando a participação percentual de escravizados no total da população de cada freguesia ao número de instalações produtivas agrícolas no local, o autor pode constatar uma associação positiva entre os dois e concluir que “os locais onde havia mais escravos, apresentavam as maiores proporções de engenhocas açucareiras e fábricas de mandioca” indicando, portanto, a importância dos escravizados nas atividades produtivas agrícolas (GOMES, 2017, p. 607).

Além dos mapas demográficos, há uma série de mapas de produção agrícola contendo informações a respeito do volume total da produção, consumo e exportação dos principais produtos catarinenses no momento chave da evolução populacional da freguesia, isto é, as duas primeiras décadas do século XIX. Eles permitem, assim, comparar os ritmos da economia e da demografia.

A tabela abaixo, que reproduz o levantamento dos mapas feitos pelo professor Luciano Costa Gomes, ao qual adicionamos o mapa de população de 1831, sintetiza as informações que podem ser encontradas nestes documentos e que foram empregadas ao longo deste trabalho:

Tabela I. Mapas de população da freguesia e vila de São José

Documentos	Ano	Idade	Estado conjugal	Sexo	Cor	Princípio de distinção da população	Total de fogos	Outras variáveis
Resumo de toda população	1787	x	x	x	x	Condição sociojurídica	-	-
Resumo geral de toda a população	1796	x	-	x	x	Condição sociojurídica	x	Ausentes e vindos para o distrito. O relatório do governador também traz dados de produção e comércio de gêneros
Resumo de toda população	1803	-	-	x	-	Condição sociojurídica	-	A carta do governador também traz dados de produção e comércio de gêneros
Mapa de população (geral e por freguesia ou vila)	1805	x	x	x	x	Sexo	-	Ocupações e empregos
Resumo geral de toda a população	1806	-	-	x	-	Condição sociojurídica	-	O ofício do governador também traz dados de produção e comércio de gêneros
Resumo geral de toda população	1812	-	-	x	-	Condição sociojurídica	-	-
Resumo geral de toda a população	1813	-	-	x	-	Condição sociojurídica	-	-
Resumo geral de toda a população	1814	-	-	x	-	Condição sociojurídica	-	-

Mapa da população do governo de Santa Catarina	1820	x	-	x	x	Condição sociojurídica	x	Igrejas. Contém os dados de 1819
Mapa da população da província	1829	-	-	x	x	Cor	x	Indígenas, igrejas, irmandades e confrarias
Quadro populacional	1831	-	-	-	x	Condição sociojurídica	x	Nascimentos e óbitos, indígenas, estrangeiros, nacionais, ingênuos, igrejas, confrarias e irmandades
[...] na dos Fogos e Populações da Província	1836	-	x	x	x	Condição sociojurídica	x	Indígenas, estrangeiros, nacionais, ingênuos, igrejas, confrarias e irmandades

Fonte: GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017; PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Editora Lunardelli, Editora da UFSC, 1983.

Soma-se, por fim, a este primeiro conjunto documental uma obra datada de 1829, e escrita por Paulo José Miguel de Brito: a *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Livro em que o autor trouxe um mapa detalhado da produção, consumo e exportação dos produtos da capitania, além de dados demográfico das freguesias e vilas de Santa Catarina, classificando sua população conforme sua condição jurídica e sexo.

Os mapas de população, embora, por vezes, façam a distinção entre livres, libertos e escravizados e, por cor, entre brancos, pardos e pretos no conjunto da população, não nos fornecem informações adicionais a respeito do tráfico de escravizados ou das populações africanas que eram levadas à freguesia. Para preencher tais lacunas, fizemos uso dos registros de batismo.

Trata-se, como sugere Maria Silvia Bassanezi, de um registro democrático, na medida em que permite ao historiador acessar aspectos da vida de indivíduos de potencialmente todos os setores da sociedade. Os africanos escravizados trazidos ao Brasil eram, assim como indivíduos livres, batizados e registrados nos livros de registro de batismos das paróquias quando chegavam no país.

Estes documentos deviam conter a “data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho (melhor dois), a assinatura do sacerdote” (BASSANEZI, 2009, p. 147). No caso dos escravizados, registrava-se o nome do senhor e, por vezes, a idade, nação de origem e cor.

Trata-se de um conjunto de dados passíveis de quantificação e que nos fornecem informações valiosas a respeito de uma população e sua evolução temporal. A respeito das fontes desta natureza, Maria Silvia Bassanezi aponta que

Pela sua abrangência temporal, os registros vitais ajudam também no entendimento dos processos sociodemográficos, das permanências e mudanças. Que tendências seguiram no decorrer do tempo, ou seja, como evoluíram as taxas de natalidade, nupcialidade e mortalidade, a disseminação de doenças, o celibato, as escolhas matrimoniais, a idade ao casar, as migrações, as relações sociais (BASSANEZI, 2009, p. 143).

Para os fins deste trabalho, empregaremos os registros de batismo sobretudo como um termômetro do tráfico de pessoas escravizadas para a freguesia de São José, fornecendo informações mais precisas a respeito das variações anuais da chegada destes indivíduos, que os mapas de população, em virtude das lacunas por vezes longas entre cada recenseamento, não permite deduzir.

Ressalvamos, contudo, aqui o caráter lacunar de tais fontes. Além das dificuldades relacionadas à dispersão da população e à comunicação limitada, há ainda o problema dos indivíduos batizados em outras paróquias que instalavam-se na freguesia. Este movimento dificilmente seria detectado pelos registros de batismo. Veremos que, em São José, este foi um problema importante, mas que também nos fornece indícios para a compreensão de outros aspectos de sua economia.

Não obstante tais considerações, as variações no número de batizados, sobretudo quando relacionadas a outros dados censitários disponíveis e comparadas com os achados de outras paróquias em Santa Catarina, permanecem um indício importante das flutuações do tráfico.

Para explorar outros aspectos da economia e escravidão de São José no período recorreu-se também aos registros de sesmarias do governo da Capitania de 1753 a 1825, fonte que nos fornece informações a respeito do sentido da ocupação do território da freguesia e sua relação com a elite desterrense, e a um conjunto de onze inventários disponíveis para a segunda e terceira décadas do século XIX, que nos permite adentrar nas unidades produtivas e explorar a composição de seus patrimônios, as atividades econômicas desenvolvidas e a difusão do emprego de cativos.

Com este conjunto de fontes esperamos contribuir para o preenchimento da lacuna de estudos sobre a economia josefense no período referido, bem como para o avanço do conhecimento sobre a escravidão e o mercado interno em Santa Catarina.

O trabalho a seguir dividiu-se em três capítulos. O primeiro concentra-se na discussão historiográfica brasileira em torno da natureza e papel dos setores internos da economia colonial e da possibilidade e lógica do emprego de trabalhadores escravizados em tais setores. Trataremos inicialmente da linha dita “plantacionista”, nos termos de seus críticos, concentrando-nos em dois pesquisadores associados à escola do “sentido da colonização”: Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Passaremos em seguida à algumas das considerações de seus numerosos críticos, não necessariamente associados à mesma corrente historiográfica, mas que, conjuntamente, contribuíram para aprofundar o conhecimento a respeito das possibilidades de emprego de escravizados para além das grandes unidades de exploração.

O segundo capítulo segue estrutura similar, trazendo o debate para o cenário catarinense. Abordaremos primeiramente a maneira como a historiografia tradicional do estado enxergou a economia da escravidão em Santa Catarina, isto é, as possibilidades de emprego de escravizados em uma área economicamente subsidiária no cenário colonial, para, em seguida, tratarmos dos trabalhos historiográficos mais recentes que invertem a visão

tradicional e identificam neste caráter subsidiário a possibilidade de acumulação de recursos e a aquisição de escravizados.

Por fim, iniciaremos o estudo do caso da freguesia de São José, analisando de início, a geografia da região, a ocupação de seu território e a situação econômico-demográfica da freguesia no alvorecer do século XIX. Em seguida, se analisará a evolução demográfica de São José nas três primeiras décadas do oitocentos, pondo-a em relação com os movimentos da balança comercial catarinense no período.

1 MERCADO INTERNO E ESCRAVIDÃO

1.1 Escravidão e o sentido da colonização

Grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Os três elementos constitutivos da grande exploração rural, da *plantation*. Segundo Caio Prado Jr., esta seria a célula fundamental da economia agrária brasileira que constituiria a própria base sobre a qual assentaria-se toda a estrutura econômica e social da colônia. Subjacente à sucessão de cada produto-rei nas pautas de exportação - açúcar, algodão ou café - encontraríamos esta a mesma unidade celular como continuidade.

Se a sociedade colonial, no seu desenvolvimento histórico, não poderia ser compreendida sem fazer-se referência a sua célula fundamental, para Caio Prado Jr., ela tampouco poderia sê-lo sem ter-se em mente que a economia colonial não era uma realidade encerrada em si mesma, que explicaria-se por si só. De fato, desde seu surgimento, a colônia estaria inserida em um movimento histórico mais amplo que imprimiria determinado sentido a seu desenvolvimento. O autor esclarece:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR., 2011, p. 14-15)

Umbilicalmente ligada, portanto, ao comércio europeu, a colônia assumiria também o aspecto de uma vasta empresa mercantil, cujo papel, na divisão internacional do trabalho, era fornecer gêneros valiosos para o comércio no velho continente. A fim de tornar possível a produção destes bens, estaria estruturada toda a sociedade colonial, assumindo, desta maneira, suas características fundamentais.

Se em sua face externa, a economia colonial mostrava-se altamente mercantilizada, para Caio Prado Jr., internamente, o cenário seria dominado pela economia natural e pela produção para o autoconsumo. O elemento dinâmico desta economia, ainda que tal dinâmica fosse externamente determinada, seria aquele ligados ao primeiro setor, isto é, às grandes unidades de exploração escravistas. O restante das atividades produtivas desenvolvidas seriam “subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras (setor

exportador). Não têm vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências” (PRADO JR., 2011, pág. 135). A baixa produtividade, a existência precária e o estado quase sempre vegetativo em que se encontrariam daí resultariam.

Subsistindo portanto em nível tão baixo, seria difícil vislumbrar a possibilidade de tal setor empregar uma escravaria volumosa. Como uma imagem negativa das *plantations*, as lavouras produtoras de alimento seriam em geral “pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo” (PRADO JR., 2011, pág 43). É possível perceber aqui a associação estreita entre o emprego do trabalho escravo e a atividade agroexportadora no pensamento pradiano.

Estas pequenas unidades produtivas vicejariam sobretudo na proximidade dos centros urbanos que lhes forneceriam um mercado consumidor. Fora destes espaços, a produção de alimentos daria-se no interior das *plantations*, sendo realizada por iniciativa do proprietário ou pelos escravizados, nas roças cedidas pelo senhor. Esta internalização das atividades de subsistência resultaria na autossuficiência quase total destas unidades e a consequente debilidade do mercado interno¹.

Alicerçando, portanto, sua interpretação da economia colonial em suas conexões externas e no trinômio grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, Caio Prado Jr. inaugurou uma potente chave interpretativa para a história brasileira, tornando-se referência incontornável nas discussões historiográficas que desenvolveram-se nas décadas seguintes. Segundo Diogo Franco Magalhães, “a idéia de “sentido da colonização” permitiu uma compreensão da história brasileira que ultrapassava a mera descrição de acontecimentos em direção a uma efetiva reconstrução histórica, capaz de apreender o movimento através da noção de totalidade (MAGALHÃES, 2008, p. 4)”.

Seguindo os passos de Caio Prado Jr., outros autores buscaram aprofundar a compreensão da economia colonial a partir das *plantations* e seus vínculos externos. Entre estes, Celso Furtado destaca-se pela formulação de um modelo explicativo para os ciclos econômicos da colônia.

¹ Cabe ressaltar que Caio Prado Jr. não negou a existência de um mercado interno na colônia. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor esclarece que, com o crescimento demográfico, a produção para o consumo interno “vai ganhando em importância, e tende a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulse, exprima alguma coisa”. Caio Prado Jr. não deriva, contudo, desta conclusão as implicações estruturais que serão percebidas por autores posteriores.

Embora Caio Prado Jr. tenha inovado ao apontar a continuidade histórica de certas estruturas através da sucessão dos ciclos econômicos dominados por algum produto dominante, restava explicar como um sistema tão dependente do mercado externo não revolucionava-se a cada crise comercial.

Para Celso Furtado, ainda que a expansão das *plantations* fosse inteiramente dependente dos estímulos externos, a reprodução diária destas unidades pouco dependeria destes mercados. Em momentos de queda acentuada dos preços dos gêneros exportados, as *plantations* entrariam em um longo período de definhamento e descapitalização, sem contudo entrar em crise. Isto porque em conjunturas desfavoráveis, os senhores de engenho realocariam os escravizados das atividades relacionadas à agroexportação para as atividades de subsistência e manutenção. Tal movimentação garantiria a sobrevivência da unidade produtiva operando com grande capacidade ociosa.

Inversamente, em momentos em que os preços internacionais justificassem a inversão produtiva, a capacidade ociosa seria rapidamente ocupada e as *plantations* expandiriam-se horizontalmente incorporando sempre mais fatores de produção.

Neste cenário também a mudança no ritmo do comércio externo não provocaria mudanças estruturais na colônia. A renda gerada pela atividade produtiva concentrava-se nas mãos do senhor, proprietários dos fatores de produção, que a revertia em gastos de consumo de produtos importados, ou era revertida na aquisição de mais escravizados e bens de produção. Em ambos os casos, "o fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior (FURTADO, 2005, p. 66)", reforçando o vínculo desta economia com os mercados externos sem estimular o desenvolvimento do interno.

1.2. Escravidão para além das grandes unidades de exploração

Malgrado seu potencial explicativo, este enfoque nas grandes unidades agroexportadoras escravistas e nas determinações externas da economia, presentes em trabalhos como os de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, passa a ser crescentemente questionado por alguns pesquisadores a partir da década de 70. Para seus críticos, esta visão "plantacionista" da sociedade colonial, ao deixar em segundo plano as atividades e grupos sociais não diretamente envolvidos com o mercado externo, seria insuficiente para explicar a própria realidade colonial. Estes historiadores buscaram explorar temas pouco desenvolvidos pela historiografia anterior e puseram em questão alguns de seus lugares comuns.

A noção de que os engenhos seriam unidades produtivas essencialmente autossuficientes e cujo vínculo dava-se quase exclusivamente com o exterior é certamente um deles. As pesquisas de Stuart Schwartz sobre os engenhos baianos apontavam para um cenário diverso. Segundo este autor,

As áreas de grandes lavouras açucareiras foram apontadas como exemplos clássicos de economias de *enclave*, nas quais a monocultura agrícola de exportação produziu apenas um impacto mínimo sobre as economias regionais ou nacionais. No caso baiano, é difícil comprovar-se essa interpretação. Os fluxos de renda dos engenhos para outros setores da economia através da aquisição de gêneros alimentícios, mão-de-obra qualificada, madeira e outros suprimentos representavam grandes transferências de recursos (SCHWARTZ, 1985, p. 205).

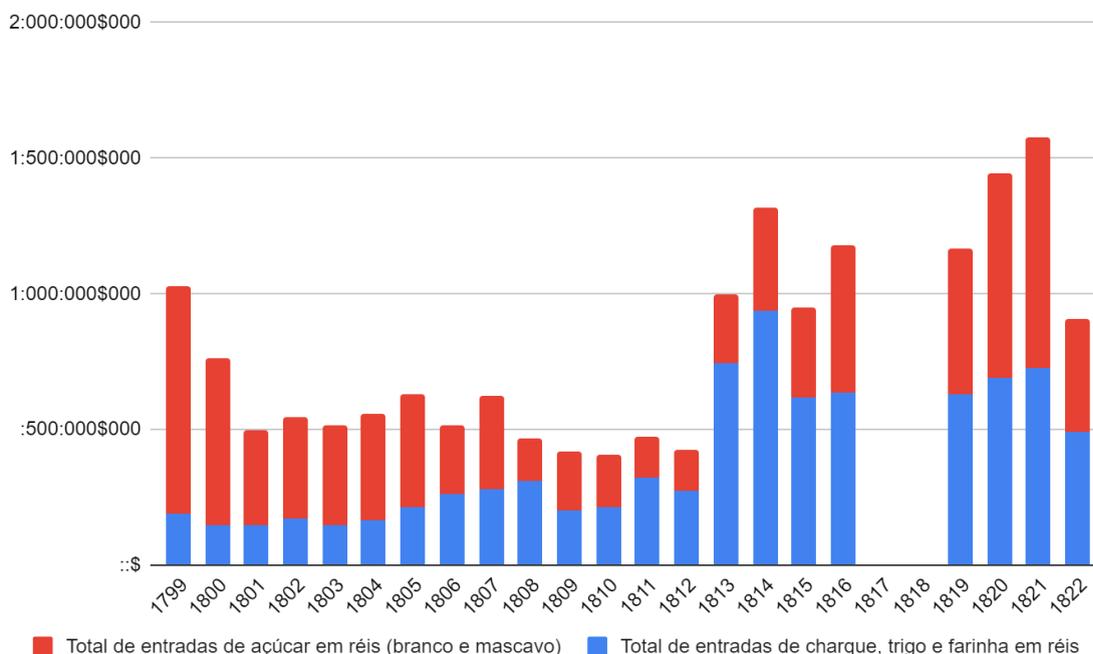
No Engenho de Sergipe do Conde, por exemplo, um dos maiores do Recôncavo, os custos relacionados à aquisição de alimentos representavam em média 13,1% das despesas totais. Em outros engenhos, o valor poderia atingir 30% do total (SCHWARTZ, 1985, p. 190-191).

Descobertas como essa apontavam para a existência de um mercado interno muito maior e mais dinâmico do que antes se supunha e a possibilidade de novas formas de interação entre os setores agroexportadores e a produção de alimentos para o abastecimento.

De fato, segundo Schwartz, a dependência da aquisição de alimentos no mercado interno poderia ser, em muitos casos, uma escolha dos grandes proprietários. Interessados em encurtar ao máximo o retorno sobre seu investimento em escravizados, os senhores poderiam terceirizar a tarefa de produzir alimentos e alocar as terras e os cativos em atividades mais rentáveis. Desta maneira, a existência deste setor rural ligado ao mercado interno “fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação” (SCHWARTZ, 2001, p. 138-139).

Na região centro-sul, nas décadas finais do período colonial, o volume de produtos movimentados pelo comércio interno atingiu uma escala considerável. O centro da rede comercial que conectava os diferentes espaços na região centro-sul era a cidade do Rio de Janeiro, que juntamente com Salvador, era um dos principais centros urbanos na colônia e seu principal porto. Para esta praça afluíam tanto alimentos para o abastecimento interno quanto produtos para a exportação. A comparação entre o valor total do charque, trigo e farinha, produtos de consumo local, e do açúcar que entraram no porto do Rio de Janeiro nos dão uma dimensão da importância deste negócio.

Gráfico I. Valor total de entradas de açúcar, charque, trigo e farinha de mandioca no porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1799 e 1816 e 1819 e 1822



Fonte: FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura:** Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p 163-164.

Redimensionado o mercado interno e sua relação com as grandes propriedades, abria-se a possibilidade aos historiadores de vislumbrar novos espaços ocupados pelos escravizados em atividades produtivas não relacionadas à agroexportação.

Uma dessas possibilidades se dava através da inserção dos escravizados das próprias *plantations* nas trocas mercantis locais a partir da comercialização dos excedentes produzidos nas roças cedidas pelo proprietário. Ciro Flammarion Cardoso percebia neste arranjo uma forma de brecha camponesa dentro das relações escravistas dominantes, na medida em que os escravizados teriam acesso assegurado pelo costume à parcelas de terra e do tempo para cultivá las, autonomia no tocante à gestão de suas roças e, por fim, a possibilidade de vender sua produção, traços estes característicos do campesinato (CARDOSO, C. 1979, p. 136).

Dado que a produção interna da *plantation* não bastava para a subsistência dos escravizados, estes buscavam os mercados a fim de obter “suplementos de alimentação e vestimenta de melhor qualidade (incluindo jóias e sapatos), tabaco e bebidas, comprados com o resultado da venda dos excedentes” (CARDOSO, C., 1979, p. 147).

Mais importante para o escopo deste trabalho era a possibilidade de pequenas e médias lavouras produtoras de alimentos de ter acesso ao trabalho escravo para o auxílio de suas atividades. A existência de um mercado interno estável e de proporções consideráveis abria-lhes a possibilidade de inserir-se nos circuitos comerciais da colônia e acumular algum capital que lhes permitisse a aquisição de escravizados. Na conjuntura econômica do colonial tardio, sobretudo, marcada pela expansão da agroexportação e o crescimento dos núcleos urbanos, o que pode-se observar foi uma “capitalização progressiva da agricultura de subsistência, comprovada pelo uso cada vez maior de escravos na produção de alimentos, mesmo pelos pequenos produtores rurais” (SCHWARTZ, 2001, p. 139).

A aquisição de escravizados por pequenos agricultores foi interpretada por parte da historiografia como uma maneira de distinguir-se socialmente. A posse de cativos seria um “elemento importante na classificação dos homens livres e na determinação de sua posição social” como afirma Fernando Henrique Cardoso, e uma maneira de afastar-se do universo degradante dos trabalhos mecânicos (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 69). Por vezes, tal entendimento buscava dar conta da presença aparentemente contraditória de escravizados em setores tradicionalmente vistos como economicamente débeis. Seria este o caso, na visão de Fernando Henrique Cardoso, das pequenas lavouras na Ilha de Santa Catarina, onde “a existência de um número razoável de escravos na agricultura da Ilha não significa que a economia agrícola fosse próspera” (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 69).

Não pode-se, evidentemente, negar a influência que tais fatores tiveram na escolha de muitos lavradores de adquirir escravizados. Há, contudo, uma dimensão econômica que deve ser considerada. O recurso ao tráfico de cativos também era uma maneira barata para as unidades produtivas aumentarem a força de trabalho disponível para as atividades nas lavouras. Segundo Barickman:

Em todos os ramos da agricultura baiana, onde quer que a necessidade permanente de mão-de-obra superasse aquilo que uma única família fosse capaz de fornecer por si só, essa necessidade era satisfeita quase sempre através da instituição da escravidão [...] Senhores de engenho e lavradores tinham, portanto, pouca escolha: ou recorriam à mão-de-obra escrava ou teriam de se contentar com a quantidade limitada de trabalho que eles próprios e suas famílias eram capazes de fornecer. (BARICKMAN, 2003, p. 221).

Ademais, a elasticidade da oferta de trabalho possibilitada pelo tráfico de escravizados permitia que estas unidades, particularmente em conjunturas economicamente favoráveis, aumentassem rapidamente a disponibilidade de força de trabalho. O mercado de cativos poderia ofertar em meses centenas ou milhares de trabalhadores que a reprodução natural das

famílias camponesas não poderia oferecer. Esta característica do trabalho escravizado, a elasticidade de sua oferta, será fundamental para compreender a evolução da população cativa em São José nas primeiras décadas do século XIX (BARICKMAN, 2003, p. 226).

A penetração e a difusão que a propriedade de escravizados teve nas lavouras de alimentos não deve ser subestimada. O emprego desta mão-de-obra era generalizado em toda a colônia, atuando desde a produção de farinha de mandioca até a pecuária. Em Jaguaripe, no Recôncavo baiano, um levantamento feito em 1781 apontou que mais de três quartos dos roceiros possuíam escravizados (BARICKMAN, 2003, p. 216).

No Rio Grande do Sul, em meados do século XVIII, na região dos Campos de Viamão, área de produção pecuária, Fábio Kuhn identificou um cenário parecido. De acordo com o autor, “quase todos tinham escravos, mas a grande maioria tinha um número muito pequeno, típico de uma sociedade de modestos lavradores escravistas. Apenas uns poucos tinham grandes contingentes de cativos” (KÜHN, 2002, p. 67). Em 1797, dos 202 estabelecimentos rurais que existiam na freguesia de Viamão, 75,7% possuíam escravizados (OSÓRIO, 2007, p. 8).

Destacamos, na capitania de Rio Grande de São Pedro, o caso de Porto Alegre. Região que, como o litoral catarinense, foi tradicionalmente associada ao predomínio da mão-de-obra familiar de origem. Helen Osório aponta, a partir de uma análise parcial de uma relação de moradores e estabelecimentos de Porto Alegre, que 76% dos 130 produtores listados, em 1797, eram proprietários de escravizados, com um plantel médio de 3,4 cativos (OSÓRIO, 2007, p. 10).

O peso econômico destes pequenos senhores era considerável. As pesquisas em inventários revelaram uma estrutura de posse de cativos muito mais descentralizada do que interpretações centradas nas *plantations* permitiam entrever. Em Minas Gerais, entre os anos de 1831 e 1840, dois terços dos senhores não possuíam mais de cinco escravizados. Se a este grupo somarmos os senhores com escravarias de tamanho médio, contando com seis a dez cativos, tem-se que quase metade dos escravizados daquela que era a maior província escravista do Império estavam em mãos de pequenos e médios proprietários (FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p. 152-153).

Os pequenos proprietários também predominam no extremo sul. No caso de Porto Alegre, os pequenos plantéis - com até nove escravizados - concentram 74,7% do total de escravizados da freguesia.

Tais pesquisas apontam portanto para uma dimensão e um dinamismo do mercado interno e dos agentes nele envolvidos, escravizados ou não, muito maior do que antevia uma

historiografia que concentrava-se nos vínculos externos da sociedade colonial. As implicações estruturais desse redimensionamento foram exploradas por João Fragoso e Manolo Florentino em *Arcaísmo como projeto*, livro conjunto de 1993 (Fragoso, Florentino, 2001).

Rompendo com o paradigma pradiano, os autores propõem, neste trabalho, uma nova interpretação a respeito da lógica de reprodução da formação colonial. Nesta perspectiva, mais do que uma sociedade cuja dinâmica e ritmos seriam externamente determinados, estaríamos diante de uma formação cujo “sentido” seria a reprodução de uma hierarquia social fortemente excludente. Uma lógica, portanto, interna à colônia e relativamente autônoma frente às flutuações do mercado internacional.

Tal autonomia pressupunha o acesso abundante a três fatores de produção: terras, mão-de-obra e alimentos. Seu baixo preço permitia que, em conjunturas econômicas desfavoráveis à exportação, as plantagens continuassem a expandir-se compensando o menor retorno por cada unidade de produto exportada por um maior volume produzido. O custo socialmente baixo destes fatores explica-se, segundo os autores, pela existência de

Uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 20)

Este mosaico de relações de produção não-capitalistas constituía-se de unidades produtivas espalhadas por toda a região centro-sul da colônia articuladas à praça do Rio de Janeiro e dedicadas a seu abastecimento e o das *plantations* do sudeste. Estas unidades seriam caracterizadas por uma pluralidade de relações de produção, como o trabalho camponês livre, o trabalho escravo e a peonagem. Entre os arranjos possíveis, os autores apontam para a associação entre o trabalho escravo e a força de trabalho familiar, encontrando-se por toda região sul e sudeste uma imensa parcela da escravaria em posse do que os autores chamam de senhores camponeses. A freguesia de São José da Terra Firme, no litoral catarinense, era uma pequena peça destes mosaico produtivo não-capitalista, conjugando o trabalho camponês ao trabalho escravo na atividade de abastecimento interno da colônia.

Se, por um lado, o mercado interno era central na reiteration relativamente autônoma da sociedade colonial, por outro, também era o espaço fundamental de acumulação para uma elite mercantil residente que monopolizava as atividades comerciais mais rentáveis na colônia.

A acumulação realizada não permanecia contudo circulando nas atividades comerciais. Num movimento aparentemente contraditório, do ponto de vista de uma racionalidade econômica capitalista, parte do valor acumulado era reinvestido nas atividades produtivas menos rentáveis, diga-se, em grandes propriedades escravistas, completando, neste processo, a reprodução da sociedade escravista. O paradoxo se desfaz quando compreende-se, como apontam os autores, tratar-se a América Portuguesa de uma sociedade de Antigo Regime, marcada por “forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 232)”.

Nesta perspectiva, portanto, a produção de alimentos para o mercado interno passava de um setor secundário e acessório para um dos elementos centrais que possibilitavam a reprodução de um tipo particular de sociedade e garantia um determinado grau de autonomia interna frente às flutuações do comércio internacional.

Alimentando, portanto, cidades, frotas, exércitos e *plantations*, os lavradores inseridos no mercado interno encontraram um crescente mercado para sua produção que permitiu-lhes capitalizar-se e adquirir escravizados, formando uma importante classe de pequenos proprietários que agregavam a mão-de-obra cativa ao trabalho familiar em suas lavouras.

Na freguesia de São José da Terra Firme, assim como em outras vilas e freguesias do litoral catarinense durante o período colonial e nos anos logo após a Independência, encontramos um cenário não muito diferente.

Contudo, a produção historiográfica sobre Santa Catarina por décadas ignorou ou menoscabou a importância econômica destes trabalhadores. Tais considerações frequentemente decorriam, como veremos, da percepção de uma incompatibilidade entre as atividades econômicas desenvolvidas no litoral catarinense, durante os séculos XVIII e XIX, e a prática da escravidão.

2 SANTA CATARINA: ESCAVIDÃO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

2.1 A historiografia tradicional catarinense: plantacionismo e a escravidão marginalizada

Caio Prado Jr. não deixou de comentar a respeito da organização econômica de Santa Catarina. Reiterando uma noção que será cara à historiografia tradicional catarinense, o autor salienta o caráter diferenciado da colonização do litoral catarinense:

Encontra-se aqui qualquer coisa de inteiramente diverso e singular na fisionomia do Brasil. Não preciso repetir o que já lembrei acima: a pequena propriedade domina inteiramente, o escravo é muito raro, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de grupos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes. Trata-se em suma de uma comunidade cujo paralelo encontraremos apenas nas colônias temperadas da América, e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha neste Brasil de grandes domínios escravocratas ou seus derivados (PRADO JR., 2011, p 285).

A pequena propriedade domina e o escravo é muito raro, o inverso exato da grande propriedade e da escravaria abundante. A historiografia tradicional catarinense, buscando explicar o “sucesso” do Estado relativamente ao fracasso percebido da nação brasileira, alicerçou sobre estas bases sua compreensão a respeito da natureza da sociedade catarinense nos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, como aponta Ângelo Renato Biléssimo, Santa Catarina é vista como

a negação da experiência social brasileira. Por esta aproximação, particularidades históricas impediram que se fixasse de maneira permanente o trabalho cativo — e com eles as populações de origem africana — na região, que teria encontrado sua vocação econômica com a chegada dos imigrantes europeus da segunda metade do século XIX, cujo símbolo principal seriam as comunidades alemãs do Vale do Rio Itajaí. Esta negação da presença do africano e de seus descendentes em Santa Catarina se dá em uma forte corrente ideológica que tem com objetivo valorizar a presença do trabalhador livre europeu na formação econômica e social - e, para alguns, na composição dita “racial” - do hoje Estado, um “branqueamento” na história da região (BILÉSSIMO, 2010, p. 32-33).

Ademais, como indica a citação acima, a despeito da valorização do elemento branco europeu, a dinamização econômica da região daria-se somente a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada mais maciça de alemães e outros imigrantes do velho continente, excluindo-se daí os fluxos migratórios lusos anteriores. Tal fato liga-se à percepção, presente em alguns historiadores, de que a condição econômica dos açorianos e seus descendentes na

região seria frágil, voltada à subsistência ou mesmo plenamente decadente. Em virtude disto, a possibilidade de que as unidades produtivas adquirissem cativos era tida como baixa.

A contradição entre o predomínio das pequenas e médias lavouras de alimentos e a presença de escravizados na agricultura é exposta de forma clara nos trabalhos de Oswaldo Cabral. Para o autor, no litoral catarinense, durante o período colonial

Nenhum domínio se encontra, então, da mesma categoria daqueles latifúndios cafeeiros e açucareiros existentes mais ao norte, nenhuma produção em larga escala, nenhum trabalho intensivo a exigir o maior emprego do braço escravo e a obrigar a caça ao silvícola para o seu internamento e aproveitamento no latifúndio (CABRAL, 1994, p. 205)

Já a pequena produção familiar supostamente malograra, muitos dos lavradores havendo mudado de ofício:

Verifica-se então que os remanescentes que continuaram ligados à terra, cada vez mais fragmentada pelas sucessões, dividida entre herdeiros com baixa produção e quase todos voltados para o plantio de mandioca, que se desenvolvia bem e cuja farinha tinha sempre mercado, não pode prosperar (CABRAL, 1994, p. 206).

Oswaldo Cabral não ignorava, como expõe a citação, o peso econômico da produção da farinha de mandioca no litoral catarinense e a importância de seu mercado. Não podia, contudo, concebê-la como elemento de sua dinamização. Ainda que os lavradores açorianos e seus descendentes encontrassem mercado certo para sua produção, isto não bastava para alterar sua condição decadente. Contrariamente, a historiografia posterior perceberá na demanda interna pela farinha de mandioca catarinense o motor econômico que possibilitava e mesmo exigia a aquisição de escravizados.

Similarmente, em Walter Piazza, a ausência das *plantations* e o predomínio das lavouras de alimentos é apontado como obstáculo ao emprego significativo de escravizados nas atividades rurais. Segundo o autor

Na Capitania, depois Província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil; parcialmente tal se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris; o elemento povoador luso-brasileiro (vicentista) ou luso-açoriano, não possuía grandes recursos financeiros para adquirir expressiva escravaria (PIAZZA, 1975, p. 219).

A associação entre escravidão e agroexportação torna-se aqui explícita, Piazza aponta que

A escravidão negra se insere no contexto brasileiro a partir do Alvará Régio de 29 de março de 1549, que autorizava os “senhores de engenho” a importarem até 120 escravos da Guiné e da Ilha de São Tomé para cada engenho em funcionamento. Liga-se desta forma, indubitavelmente, à economia canavieira o fenômeno da escravidão africana (PIAZZA, 1983, p. 446).

Aujor Ávila da Luz aponta que “Santa Catarina foi sempre uma província pobre e por isso de fraca população negra, pois seus senhores não dispunham de bastante dinheiro para comprar o escravos necessários (LUZ, 2000, p. 227)”.

Não obstante tais considerações, não era negada a presença de escravizados na região. O emprego desses escravizados, na visão destes historiadores, concentraria-se em outras atividades econômicas, como o trabalho doméstico, o comércio ambulante, as atividades portuárias e marítimas. Trataria-se, em suma, de uma escravidão mais urbana. Como aponta Cabral

O elemento escravo em Santa Catarina não teve, como em outras regiões do país, emprego nas fainas agrícolas, só muito raramente aqui, nelas empregado. As principais fainas a que foram destinados prendiam-se ao trabalho nas Armações das Baleias e sua pesca e nas do tráfego marítimo, sendo numerosos os que, marinheiros, eram empregados pelos seus senhores nas embarcações que existiam na Província. Como empregados domésticos e das casas de negócio de seus senhores se ocupava a maioria - carregadores, estivadores, jornaleiros, serventes, encarregados da limpeza das casa, lavadores de vidros e de casa, vendedores ambulantes, operários de várias classes, como pedreiros, carpinteiros, pintores, etc (CABRAL, 1994. p 167).

No mesmo sentido, para Piazza, empregaria-se a “escravaria para serviços domésticos ou urbanos, em sua maior parte, além daqueles dedicados à marinharia, e ao pastoreio (PIAZZA, 1975, 219)”.

2.2 A escravidão catarinense pelo olhar de seus contemporâneos: viajantes e governantes

Contrariando tais considerações, viajantes que visitaram a região entre meados do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX não deixaram de salientar, por vezes de maneira exagerada, a importância do trabalho escravo na economia catarinense. Já em 1763, poucos anos após o início da imigração açoriana, o francês Antoine Pernetty, membro de uma expedição que dirigia-se às ilhas Malvinas e arribara na ilha de Santa Catarina apontava que “Os habitantes, homens e mulheres, vivem numa grande ociosidade, e deixam aos seus

escravos o cuidado da limpeza e arrumação e o pouco trabalho que se faz na região (PERNETY, 1984, p. 89)”.

Entre 20 de dezembro de 1803 e fevereiro de 1804, visitou a região o naturalista alemão Georg Heinrich von Langsdorff. Durante sua estadia, registrou alguns aspectos interessantes a respeito da escravidão na então capitania. Segundo o viajante

A quantidade de escravos negros de ambos os sexos que se vêem aqui é estranho aos olhos desacostumados de um europeu qualquer. [...] São principalmente estes infelizes que tratam da lavoura e executam os trabalhos mais pesados. A riqueza dos moradores daqui é avaliada, em geral, pelo número de escravos que eles possuem (LANGSDORFF, 1984, p. 176-177)

Mais do que um marcador de posição social, a propriedade de escravizados também revelava-se, para Langsdorff, um investimento produtivo com bom retorno e aplicações variadas. Tais trabalhadores eram mais valorizados, como indica o naturalista, na medida em que pudessem ser melhor aproveitados na lavoura, na pesca e em outros ofícios produtivos:

Um negro jovem e sadio custa no Brasil, aproximadamente, até 150 táleres espanhóis. Caso tenha experiência nos serviços da lavoura ou entenda de um ofício e da língua portuguesa, o preço se eleva, de acordo com a habilidade que possui; e muitos representam um valioso capital que rende muitos por cento anualmente, pois se deve considerar que tudo o que estes escravos ganham como diaristas ou operários pertence não a eles, mas a seu patrão, e que podem ser alugados por seus donos para serviços na lavoura, para remar, pescar, construir, etc.; por um preço de acordo com seu trabalho bem semelhante ao que se faz na Europa com os animais (LANGSDORFF, p. 177).

Em 12 de dezembro de 1815, outro naturalista aportou na Ilha de Santa Catarina. Visitando a região no momento do auge do comércio de escravizados para a província, Louis-Charles-Adelaide Chamisso de Boncourt apresenta em seu relato uma dinâmica da economia escravista catarinense muito distante daquela retratada por alguns historiadores:

O tráfico de escravos ainda florescia aqui. Só o governo de Santa Catarina necessitava, anualmente, de uma quantidade de cinco a sete navios negreiros, cada um com uma média de cem negros; eram usados em substituição "aos que morriam cada ano nos serviços da lavoura. Os portugueses importavam os negros de suas colônias do Congo e Moçambique. O preço de um homem, na flor da idade, comportava entre 200 a 300 piastras. A mulher tinha menor valor. Parecia mais vantajoso, e era preferível, consumir o mais rápido a força de cada criatura para substituí-la logo por nova compra, do que tê-la em casa por muito tempo (CHAMISSO, 1984, p. 252).

A se crer na descrição do viajante, encontramos aqui uma economia catarinense, à época essencialmente ligada ao mercado interno, cujo funcionamento demandava a importação de centenas de africanos todos os anos. Tais cifras podem parecer exageradas,

dada a natureza da produção na região. Contudo, embora não se saiba com exatidão os números do tráfico para a província, há registros nos códigos de polícia da Corte que demonstram os grandes volumes de escravizados destinados à capitania. Em 1823 e 1824, como aponta André Passos, entraram, respectivamente, pelo menos, 559 e 572 cativos nos portos catarinenses (PASSOS, 2017, p. 46).

Na década seguinte, com o abrupto declínio do tráfico de escravizados para Santa Catarina, após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, a ausência dessa flexível fonte de trabalhadores para a lavoura não deixou de chamar a atenção das lideranças políticas catarinenses. Em 1836, em sua fala à Assembléia Legislativa da Província, o presidente Albuquerque Cavalcante salienta a relativa escassez da força de trabalho na província:

A natureza, entre os dons de que foi pródiga com este país abençoado, o favoreceu com um clima além de benigno, próprio para quase todas as produções de ambos os hemisférios. A população porém não é proporcionada à extensão do território; faltam-nos braços que façam valer este torrão precioso até agora em grande parte improdutivo por inculto (CAVALCANTE, 1836, p.11).

Percebe-se, pelas palavras do presidente, que a expansão da força de trabalho não daria-se endogenamente, mas pelo fluxo de imigrantes, sejam eles forçados ou não. Em 1836, a alternativa ao tráfico encontrava-se, para Albuquerque Cavalcante, no velho continente:

Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa, onde a população superabunda, e onde as Artes tem chegado ao maior apuro. Cumpre pois que por meio das colonizações chamemos ao nosso país homens ativos e industriosos, e supramos com braços livres esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominável tráfico de carne humana (CAVALCANTE, 1836, p.11).

No ano seguinte, ao dirigir-se à Assembléia Legislativa da Província a respeito das necessidades e das providências tomadas relativas à colonização, o novo presidente da província, José Joaquim Machado de Oliveira, reitera a necessidade de se suprir com trabalhadores imigrantes a falta sentida pelo fim do tráfico de escravizados:

Parece, senhores, por esta forma poder-se-á conseguir, que se aumente a massa dos produtores, prevenindo a falta de braços escravos, que vai-se já sensivelmente reconhecendo. A nossa indústria agrícola precisa de um impulso benéfico para que não caia em desfalecimento com a cessação do tráfico de escravatura (OLIVEIRA, 1837, p. 14).

Em 1841, o problema é novamente retomado pelo então presidente Ferreira de Brito: “extinto de direito, e devemos esperar que o seja também de fato, o tráfico impolítico e

inhumano de escravos, cumpre atrair ao país por meio da colonização homens que se dediquem ao trabalho com o ardor que inspira a esperança de fruí-lo (BRITO, 1841. p. 11)”.

2.3 Uma nova historiografia da escravidão em Santa Catarina: o mercado interno valorizado

A percepção de que a escravidão em Santa Catarina teria um caráter secundário, vestigial e economicamente marginal, compartilhada por parte da historiografia tradicional catarinense, não era, portanto, em nada evidente para muitos dos que visitaram ou governaram a capitania e província.

A historiografia mais recente a respeito do tema, fazendo uso de inventários, listas nominativas, registros de batismo, dentro de uma abordagem quantitativa, vem apontando aspectos da escravidão catarinense que revelam um emprego mais disseminado e importância econômica maior do que anteriormente se atribuía.

O exemplo da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão é paradigmático. Situada no sul da ilha, a localidade apresentava características compartilhadas por outras freguesias do litoral catarinense. Tratava-se de uma região de ocupação açoriana na segunda metade do século XVIII e possuía uma economia baseada no cultivo de mandioca, cana, milho, feijão e café, com destaque para a produção da farinha deste primeiro gênero, realizada em diversos engenhos localizados em seu território, como aponta Fernanda Zimmermann.

Em 1840, conforme um mapa de população elaborado durante o governo do presidente Antero José Ferreira Brito, contava a freguesia com 563 escravizados sobre uma população de 2134 pessoas, perfazendo, portanto, cerca de 26% do total. Embora tal proporção seja inferior à registrada em outras regiões do país, sobretudo nos tradicionais centros agroexportadores escravistas, como o Rio de Janeiro, que em 1823 tinha mais da metade de sua população composta por escravizados, cerca 54% (BOTELHO, 2005, p. 77), os cativos constituíam um investimento importante para boa parte dos habitantes da freguesia.

A pesquisa de Fernanda Zimmermann revelou que, embora o número absoluto de escravizados fosse relativamente reduzido, sua propriedade encontrava-se disseminada por um número importante de unidades produtivas. Em 1843, 40% das famílias da Lapa do Ribeirão empregavam escravizados. Deve-se pontuar, ademais, que o crescimento rápido do número de cativos que se verificou nas primeiras décadas desacelerou-se a partir da década de 1830, com a redução do tráfico. Como pode identificar a autora, “a partir de 1832 o número de batizados africanos cai bruscamente, tendo poucas ocorrências em 1833, 1834 e 1835, e

praticamente desaparecendo a partir desta data” (ZIMMERMANN, 2004, p. 13). Em 1820, conforme um mapa desta mesma data, no auge do tráfico, os escravizados representavam quase um terço da população, contando 582 indivíduos sobre uma população de 1828 habitantes, implicando que uma parcela ainda maior das famílias tivesse acesso aos cativos.

A estrutura de posse identificada pela autora assemelha-se àquela encontrada em outras áreas de atividade econômica similar, como Porto Alegre. Predominava a pequena propriedade de escravizados: 76% dos senhores possuíam entre 1 e 5 cativos. Tratavam-se, portanto, sobretudo de pequenos produtores que supriam a necessidade de força de trabalho com o trabalho escravo. Esta economia essencialmente agrícola e voltada para o mercado interno não impediu, contudo, a formação de plantéis mais significativos. Como identificou Fernanda Zimmermann, 7,5% daqueles senhores possuíam mais de dez escravos. Trata-se aqui de empresas escravistas que possivelmente especializavam-se no fornecimento de alimentos (ZIMMERMANN, 2004, p. 16).

A autora também pôde constatar a importância do tráfico para a constituição desta população escravizada. Em 1843, mesmo com o declínio do tráfico, os africanos ainda compunham 51% da escravaria na freguesia (ZIMMERMANN, 2004, p. 13).

Outras localidades no litoral catarinense apresentavam um cenário similar. Na vizinha freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, as análises em inventários *post-mortem* demonstraram que 60% dos inventariados, na década de 1870, possuíam de 1 a 8 escravizados, indicando a existência de “um mundo de senhores donos de pequenos grupos de escravos pulverizados pelas propriedades” (BASTOS, 2013, p. 79). Ana Carla Bastos aponta ainda que

Os dados dos batismos na Lagoa sugerem que, ao longo dos primeiros cinquenta anos de ocupação, o cultivo diversificado dos alimentos indispensáveis à sobrevivência da família (com destaque para a produção da farinha de mandioca), além de assegurar a autossuficiência doméstica, também foi capaz de gerar excedentes que podiam ser comercializados. A renda obtida com a venda dos excedentes permitiu que algumas famílias se tornassem proprietárias de escravos; e o crescimento do número de batismos verificado década após década demonstra que foram se tornando mais propícias as condições para que se adquirissem e mantivessem escravos e escravas (BASTOS, 2013, p. 77).

Passando da ilha ao continente, em São Miguel da Terra Firme, freguesia, mais tarde vila, no termo de vila de Desterro, Fernanda Zimmermann, usando estas mesmas fontes, pode identificar novamente o emprego disseminado de escravizados em pequenos plantéis. Entre os anos de 1830 e 1849, 87% dos inventários de São Miguel contavam com escravizados. Similarmente às outras freguesias, a estrutura de posse indicava o predomínio dos pequenos

proprietários: 60% deles possuíam de 1 a 5 cativos, 30% possuíam entre 6 e 10, e 10% deles, mais de 11 (ZIMMERMANN, 2011, p. 104).

A natureza da economia da região não impediu alguma concentração na propriedade dos escravizados, o primeiro grupo, embora mais numeroso, detinha 27,38% dos cativos. O segundo grupo concentrava a maior parte dos escravizados, 46,31% do total. A última faixa, com os maiores plantéis, controlava 26,31% dos cativos. Dez por cento dos senhores em São Miguel detinham quase o mesmo número de escravizados que 60% dos proprietários (ZIMMERMANN, 2011, p. 105).

A autora também pôde demonstrar a importância de tais investimentos na composição do patrimônio dos inventariados. Nas décadas de 1830 e 1840, os escravizados compunham mais de 50% do valor dos inventários. Neste período, representavam, em São Miguel, um investimento superior mesmo às casas, terras e engenhos, que ocupavam o segundo lugar nos inventários (ZIMMERMANN, 2011, p. 96).

A propriedade de escravizados era particularmente importante nas pequenas e médias fortunas. Ao passo que, entre os mais abastados, os investimentos diversificavam-se e passavam a concentrar-se em imóveis, sem, contudo, prescindir, em nenhum caso, da mão-de-obra escrava. Nas classes intermediárias, sobretudo, há uma ampla prevalência dos cativos na composição das fortunas. Estes, em alguns casos, chegavam a perfazer mais de 70% do total dos bens arrolados. Isto aponta, como indica a autora, a centralidade do escravizado no “processo de acumulação de riqueza das diferentes camadas da sociedade naquela localidade” (ZIMMERMANN, 2011, p. 101).

No litoral Sul da capitania, na vila portuária de Laguna, André Passos aponta a similaridade do padrão de posse de escravizados com o de outras regiões produtoras de farinha de mandioca no país. A média ali era de quatro cativos por proprietário, número similar ao encontrado nas freguesias produtoras de farinha de mandioca, no Recôncavo baiano. A importância dos escravizados nas fortunas locais pode ser percebida nos inventários. Entre 1799 e 1859, os cativos representavam 38,6% dos valores arrolados, superando, como em São Miguel, os investimentos em terras e engenhos. Nesta vila portuária, como indica o autor, “tem-se uma sociedade que assentava sua riqueza urbana sobre o uso da escravidão nos ambientes rurais” (PASSOS, 2021 p. 164).

Os pequenos proprietários, assim como em São Miguel da Terra Firme, também são a maioria. Entre 1831 e 1850, 68% dos inventários possuíam entre 1 e 9 escravizados. Os desprovidos de cativos eram apenas 12% do total. A vila apresentava, contudo, à diferença de São Miguel, uma estrutura de posse de escravizados mais concentrada. Em Laguna, 19% dos

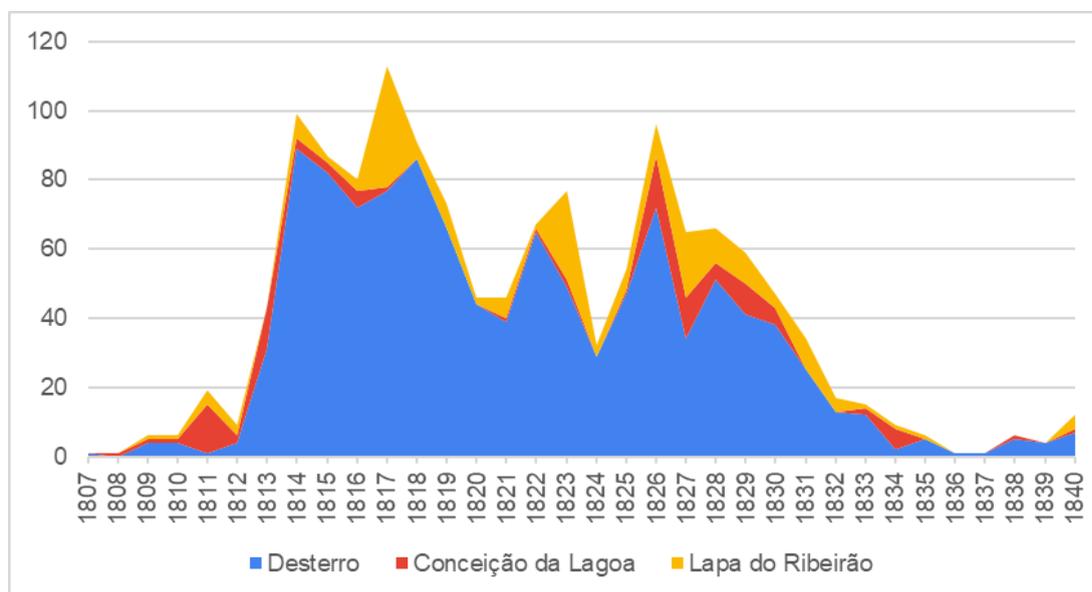
senhores, aqueles que possuíam mais de 10 cativos, controlavam 51% da escravaria. Os 8% dos senhores que detinham mais de 15 escravizados - isto é, plantéis significativos, similares aos de lavradores de cana do nordeste açucareiro - eram donos de 29% dos cativos, mais do que os 47% dos proprietários, aqueles que tinham até quatro cativos e que detinham 20% do total (PASSOS, 2021, p. 127).

O recurso ao trabalho escravo em Santa Catarina ia além, portanto, da necessidade de pequenos lavradores de suplementar o número de braços disponíveis para atender à demanda de trabalho da família. Para André Passos, a presença destes grandes plantéis, para os padrões catarinenses, representa a formação de empresas escravistas especializadas no atendimento das demandas do mercado interno. Como aponta o autor:

Em média, para funcionamento dos engenhos locais de farinha de mandioca eram necessárias oito pessoas para dar conta das atividades de lavação, raspagem, ralação, prensagem, torrefação e armazenamento. Isso sem contar aqueles que faziam a colheita na lavoura ou se ocupavam dos transportes. Com pouco mais de uma dezena de escravizados, os maiores proprietários de engenho da região puderam especializar-se e aumentar o ritmo da produção daquilo que tinha certa demanda no mercado do Atlântico (PASSOS, p. 199).

O conjunto dos dados reunidos por estas pesquisas realizadas nos últimos anos nos permite observar as flutuações do tráfico de escravizados para Santa Catarina. Para tanto, os registros de batismo de escravizados realizados nas freguesias e vilas da província pode servir como um termômetro da aquisição de novos indivíduos.

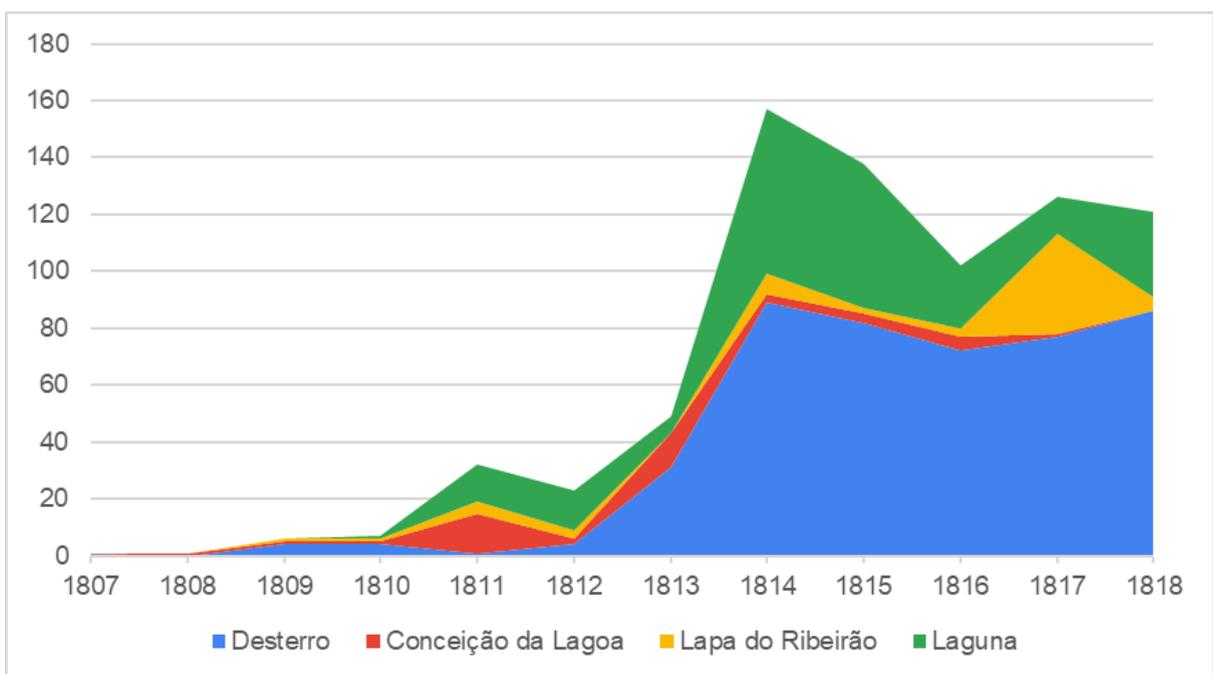
Gráfico II. Batismos anuais de africanos na vila de Nossa Senhora do Desterro e nas freguesias de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa



Fonte: MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil:** criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007; ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos:** tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório de pesquisa Pibic/BIP-CNPq/UFSC, 2004; SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Africanos no sul do Brasil:** rotas do tráfico e identidade étnica. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFSC, 2006.

Os dados de Laguna apresentam uma lacuna entre os anos 1819 e 1827, anos de intenso tráfico, fato que impede uma série mais completa. Se agregarmos, contudo, os batismos disponíveis até 1818, pode-se observar que o tráfico na vila seguia, até então, a tendência catarinense:

Gráfico III. Batismos de africanos nas vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna e nas freguesias Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa



Fonte: MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil:** criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007; ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos:** tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório de pesquisa Pibic/BIP-CNPq/UFSC, 2004; SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Africanos no sul do Brasil:** rotas do tráfico e identidade étnica. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFSC, 2006. (André Passos)

Para São Miguel da Terra Firme, os dados decenais disponíveis das primeiras décadas do século XIX seguem a tendência catarinense: Entre os anos 1801 e 1810, contam-se nove

batismos de africanos, entre 1811 e 1820, 120 e entre 1821 e 1830, foram 128 os batizados (ZIMMERMANN, 2011, p. 113).

A mudança no ritmo dos batismos é evidente na passagem da primeira para a segunda década do século XIX e aponta para a necessidade de compreender os tempos da escravidão em Santa Catarina. Neste sentido, a periodização elaborada por Beatriz Mamigonian contribui para o entendimento das mudanças por que passou esta instituição no período analisado.

A autora identifica três grandes momentos da escravidão catarinense, relacionando-os à mudanças conjunturais nacionais. A primeira destas fases confunde-se com o próprio processo de ocupação inicial do litoral catarinense no século XVII, precedendo mesmo a imigração açoriana que se daria no século posterior. Neste momento, colonizadores vicentistas estabeleceram em São Francisco do Sul, Desterro e Laguna, acompanhados de seus cativos, a maioria deles indígenas, mas também alguns africanos, os primeiros núcleos coloniais no território que viria a ser Santa Catarina . É paradigmático o caso de Francisco Dias Velho, fundador de Nossa Senhora de Desterro, que além de suas famílias e alguns outros companheiros, teria trazido quinhentos indígenas “domesticados”. Contrariando a ideia da excepcionalidade da colonização catarinense, Beatriz Mamigonian aponta a tipicidade deste processo, para a autora “os princípios da ocupação da Ilha em nada diferem de outras regiões fronteiriças, em que os portugueses instalaram-se dependendo do apoio de índios aldeados e de poucos escravos africanos, a sondar o potencial do território” (MAMIGONIAN, 2014, p. 573).

A partir de meados do século XVIII, dá-se uma nova fase de ocupação do litoral e a disseminação da escravidão negra no litoral catarinense. A recém estabelecida capitania, através do esforço de ocupação, exploração econômica e instalação do aparato estatal, levado a cabo pela coroa portuguesa, passou a integrar-se ao circuito atlântico. É neste momento que se dá a construção do sistema defensivo em torno da Ilha de Santa Catarina e seu continente e a chegada dos casais açorianos, mas também a constituição de grandes unidades de exploração escravista no litoral, as armações baleeiras. Em 1750, a Armação da Piedade já operava com 107 cativos africanos. Tal aproveitamento econômico, ambicionado pela coroa portuguesa para o litoral catarinense, passava incontornavelmente pelo emprego massivo de cativos. Em 1801, as seis armações existentes ocupavam 525 escravizados nas diversas atividades associadas à pesca e processamento do óleo e carne das baleias (MAMIGONIAN, 2014, p. 573).

Para além destas grandes unidades de exploração, a escravidão negra também passou difundir-se pelas pequenas lavouras da região. Os núcleos de colonização açorianos

crecientemente, como aponta Beatriz Mamigonian, empregaram escravizados nos trabalhos agrícolas, voltados para o abastecimento interno. Como aponta a autora, tal processo foi favorecido por uma conjuntura econômica favorável do colonial tardio:

Ao que parece, durante as últimas décadas do século XVIII, a agricultura de abastecimento do litoral catarinense respondeu à demanda crescente da cidade do Rio de Janeiro e das áreas de *plantation* do Sudeste, que cresciam em população e desafiavam a fase de recessão da economia atlântica. Assim, o litoral de Santa Catarina integrou-se, através da praça do Rio de Janeiro, aos circuitos atlânticos. Não é implausível supor que a farinha de mandioca catarinense abastecesse navios negreiros ou que a aguardente fosse trocada por escravos em Angola (MAMIGONIAN, 2014, p. 576-577).

Este incremento é perceptível nos mapas de população do período. Entre os anos de 1787 e 1803, a população escravizada da capitania cresceu cerca de 48%, passando de 4225 indivíduos para 6247. Proporcionalmente à população geral de Santa Catarina, os mapas indicam um ligeiro incremento na participação percentual dos escravizados. Se estes eram 20,4% dos 20611 habitantes em 1787, em 1803, eles eram 21,9% dos 28433 habitantes. Isto aponta que a população cativa crescia, pelo menos, na mesma velocidade que a livre, possivelmente superando-a. Indício, dada a baixa capacidade de crescimento vegetativo dos escravizados no Brasil, de um fluxo constante de cativos sendo trazidos pelo tráfico.

Embora a economia colonial já passasse por um momento favorável em fins do século XVIII, período que, historiadores apontam, teria sido marcado por um renascimento agrícola, a instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808 e as medidas econômicas adotadas pela coroa no Brasil acarretam em uma mudança de ritmo. Há um expressivo e rápido crescimento do mercado interno. Em tal conjuntura, como aponta Beatriz Mamigonian, “o litoral catarinense viveu então uma fase de distinta prosperidade com base nas exportações de alimentos, sustentada, em grande parte, pela compra de africanos novos para as pequenas e médias propriedades agrícolas” (MAMIGONIAN, 2014 p. 577).

Este movimento é detectável nos registros de batismo de africanos apresentados nos gráficos II e III. Os batismos, que na primeira década do século XIX eram inexpressivos, aumentaram abruptamente a partir de 1810, mantendo-se em um patamar elevado até o início da década de 1830.

Em Laguna, como demonstrou André Passos, houve, neste período, uma ampliação da propriedade de escravizados detectada nos inventários e o aumento do número de unidades produtivas com mais de dez escravizados:

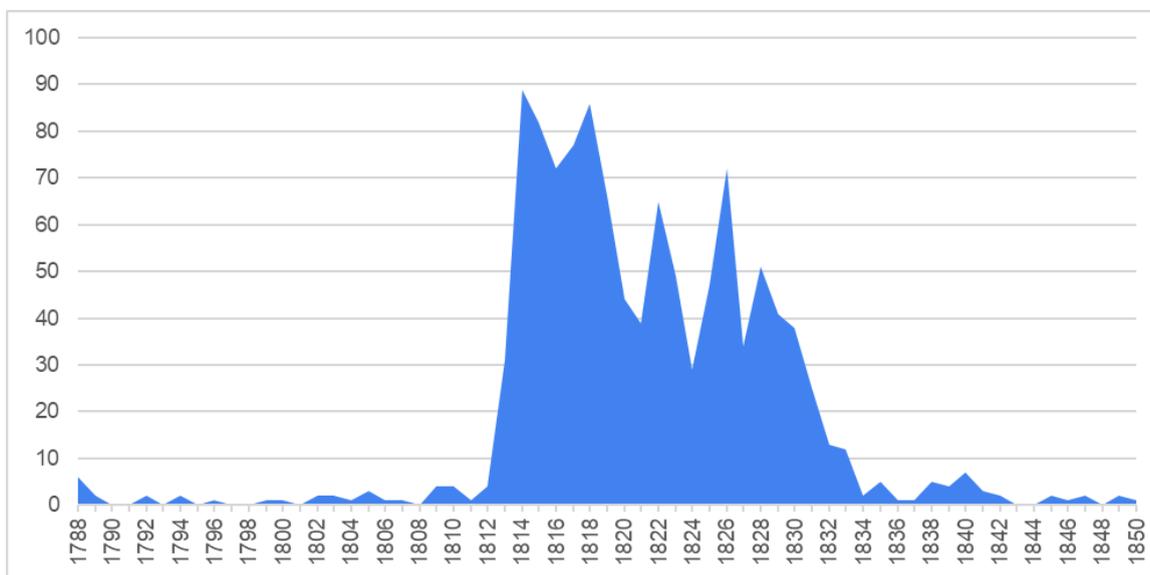
Se no período de 1810-1819 unidades que possuíam ao menos um sujeito escravizado eram 55%, na década seguinte foram 70% e entre 1830 a 1859 a porcentagem anual de inventários contendo escravos não baixou de 80%, compondo no período de 1830-1839 a 94% e na de 1850-1859 a 91% das propriedades inventariadas. Ao longo dos anos houve um aumento nas unidades com mais de dez escravos. Se entre os anos de 1799-1809 estas unidades eram compostas por 9% de proprietários, que concentravam 40% dos escravizados da vila, entre os anos de 1830-1859, essas unidades eram compostas por 19% dos proprietários e que concentravam 54% da propriedade escravizada. (PASSOS, 2021, p. 126-127).

A decadência e estagnação da economia catarinense apontada por alguns historiadores para o período, se houve, não parece ter afetado a capacidade das unidades produtivas de adquirir em volume crescente novos escravizados. O cenário que a historiografia recente observa é, pelo contrário, de um momento de grande prosperidade para os produtores ligados ao mercado interno brasileiro.

A década de 30 do século XIX marca, contudo, o início de uma nova fase demográfica na província. O que pode-se observar neste período é uma queda nos batismos de africanos. Não pode-se falar ainda de um declínio da escravidão, mas de um padrão diferente de crescimento calcado na reprodução natural desta população e sua consequente crioulização. Beatriz Mamigonian sugere que tal queda no número de batismo de africanos seja reflexo do aumento do preço dos escravizados no mercado nacional após a proibição do tráfico e da lei de 7 de novembro de 1831. Inversamente, enquanto a imigração forçada se arrefecia, aumentava a chegada de europeus na província, provocando uma alteração na proporção entre o número de livres e cativos em Santa Catarina (MAMIGONIAN, 2014 p. 578-579).

Os registros de batismo de africanos na vila de Desterro entre os anos 1788 e 1850, levantados por Claudia Mortari, nos permitem observar os fluxos e refluxos do tráfico no período. Note-se a marcada queda a partir da década de 1830:

Gráfico IV. Batismos de africanos na vila de Nossa Senhora de Desterro entre os anos de 1788 e 1850



Fonte: MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades.** Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007.

Feita esta contextualização do cenário geral da economia escravista catarinense com base na historiografia mais recente do tema, pode-se explorar agora o caso específico da freguesia de São José da Terra Firme de finais do século XVIII até as primeiras três décadas do século XIX.

3 SÃO JOSÉ: ESCRAVIDÃO E ECONOMIA

3.1 Geografia, população e economia no século XVIII

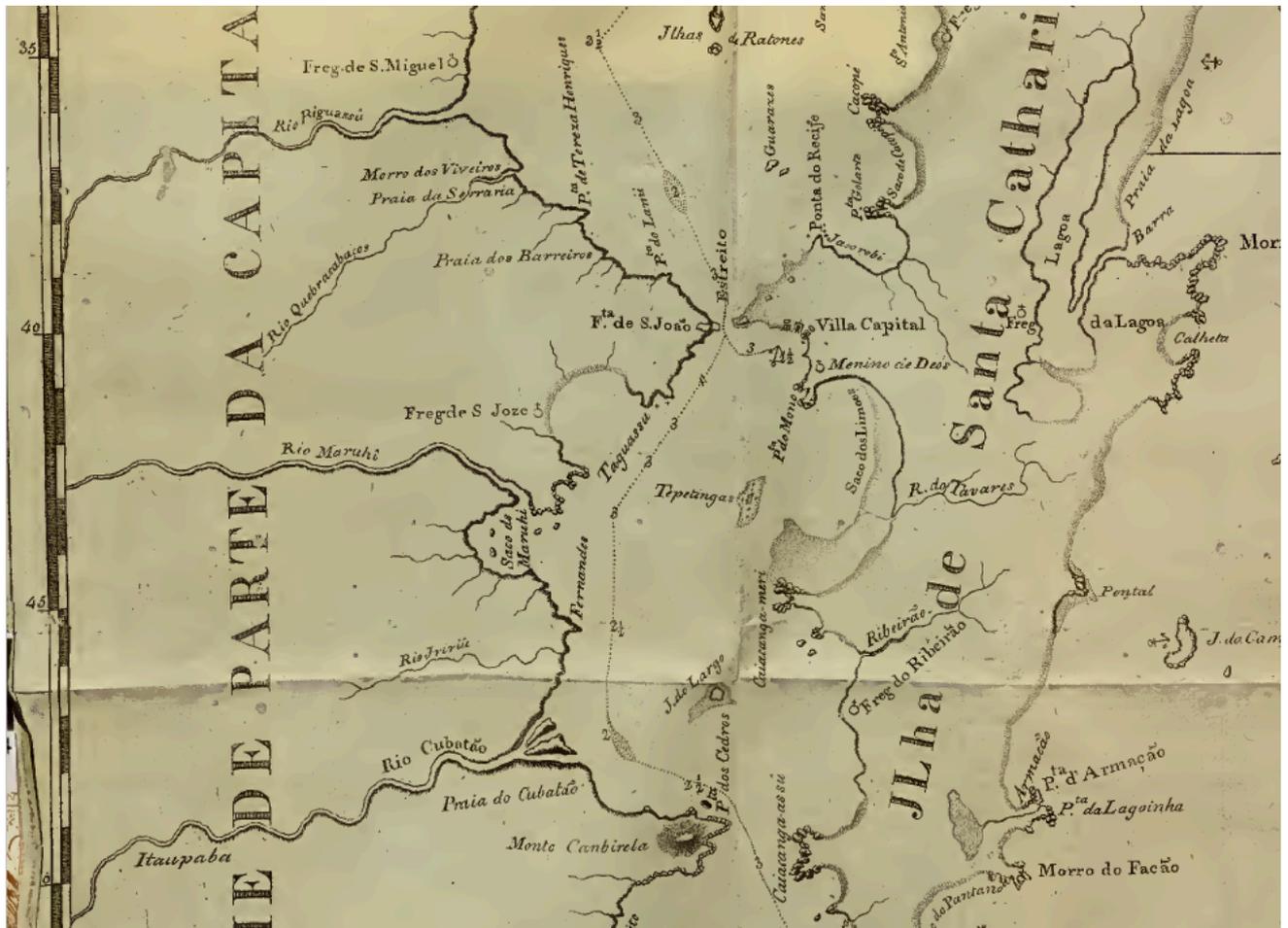
Há certa indefinição a respeito do marco inicial da história josefense. Vilson Francisco de Farias aponta o dia 26 de outubro de 1750, através do Alvará e Provisão régias, como data de criação da freguesia (FARIAS, 2006, p. 255). Gilberto Gerlach e Osni Machado, contrariamente, situam o marco no dia 19 de março de 1750, data em que o governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza teria instalado 182 casais açorianos na região continental próxima à Ilha de Santa Catarina (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 15).

A presença de colonizadores na região é certamente anterior a esta data, estando associada ao movimento colonizador vicentista que se iniciou no século XVII. O primeiro mapa de população disponível para a freguesia, já em 1753, o confirma. À época, habitavam em São José, recém instalados, 183 casais das ilhas e 230 filhos das ilhas e 30 casais da terra e 70 filhos da terra. Não obstante, a desproporção demográfica entre os dois grupos confirma a importância da instalação dos açorianos na futura freguesia.

O arraial da póvoa recém fundada situava-se no continente, na Baía Sul, a pouca distância de Nossa Senhora de Desterro, na região do atual centro histórico de São José. O território josefense sofreu grandes variações ao longo de sua história, expandindo-se, até compreender boa parte da região central do litoral catarinense no século XIX, para depois contrair-se significativamente até perder parte dos territórios originais da freguesia no século XX.

Enquanto freguesia, entre os anos de 1750 e 1833, São José limitava-se ao norte com São Miguel da Terra Firme, pelo rio Quebra Cabaços, a leste, pelas baías norte e sul, ao sul, com a freguesia da Enseada do Brito. No mapa abaixo, datado de 1810, é possível observar a localização do arraial da freguesia na Baía Sul e os rios que marcaram seu limite com as freguesias vizinhas.

Figura 1. Plano Hidrográfico da Ilha de Santa Catarina e da Terra Firme adjacente (1814)



Fonte: Paulo Joze Miguel de Brito. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa, 1829.

Em sua face litorânea, o território da freguesia se estendia, portanto, por parte significativa do que hoje é o município de Palhoça e toda a região continental de Florianópolis, área que seria desmembrada de São José em 1944. Ao norte, o rio Quebra Cabaços, hoje Serraria, manteve-se como parte do limite entre este município e Biguaçu.

Na sua margem ocidental, os limites exatos são vagos. O território josefense se internava profundamente no continente até encontrar o termo da vila de Lages. O governador da capitania, João Alberto Miranda Ribeiro aponta que o limite se situaria na Serra a 15 léguas a leste da Lages. Paulo José Miguel de Brito, seu ajudante de ordens, precisa somente os limites próximos ao litoral de São José, ignorando os interioranos. Em 1811, o visitador

Agostinho José Mendes do Reis apenas cita que seus limites ocidentais seriam o “sertão inculco e habitação do gentio” (APUD PIAZZA, 1983, p. 314).

Havia, efetivamente, um desconhecimento do território. Até a década de 1770, como afirma Adelson André Brüggemann, as autoridades coloniais concentravam-se na ocupação e defesa do litoral sulista, pouco preocupando-se com a exploração e colonização do interior (BRÜGGEMANN, 2008 p. 26).

O território ocupado e conhecido pelos portugueses e colonos da freguesia era, portanto, bastante restrito. Como apontou Paulo José Miguel de Brito,

O território destas três freguesias de S. Miguel, S. José e Enseada do Brito, apenas está cultivado e povoado pela beira-mar, e para o sertão não se estende a população e cultura a mais de duas léguas até três léguas de distância, sendo tudo o mais para o interior da Capitania, sertão inculco e despovoado (BRITO, 1829, p. 43)

Despovoado de colonizadores, certamente. No início do século XIX há indícios da presença de indígenas nas proximidades do litoral. Sabe-se por relato de Jean-Baptiste Debret, que havia passado pela região em 1826, que um posto militar estabelecido para proteger um estabelecimento que explorava as águas termais de Caldas da Imperatriz desde 1815 fora atacado e destruído por indígenas que habitavam nas redondezas.

Outros indícios da convivência tensa com estes indígenas é fornecida pelo mineralogista inglês John Mawe, que visitou São José em 1808. A este propósito afirmou que

Estes selvagens vivem exclusivamente nas matas, em palhoças miseráveis, de folhas de palmeira e bananeiras. Sua ocupação principal é a caça com arcos e flechas, armas que frequentemente usam nas lutas contra os vizinhos. Alguns deles, de vez em quando agarram, de emboscada, um português, que vive isolado; sabe-se que atacaram e destruíram famílias inteiras (MAWE, 1984, p. 20-21)

Esforços para interiorizar a ocupação datam do final do século XVIII. Em 1787, o governador José Pereira Pinto organizou uma expedição liderada pelo tenente José Luís Marinho com o objetivo de abrir uma picada que conectasse o litoral com a vila de Lages. Este primeiro caminho ligava esta vila a São José, tomando o vale do Rio Imaruí como trajeto inicial. Permaneceu contudo inutilizado, encontrando-se praticamente abandonado nas primeiras décadas do século XIX (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 17). O início da ocupação mais efetiva do interior do território josefense só se dará a partir do final da terceira década do século XIX, em fevereiro de 1829, quando instalam-se 146 famílias alemãs no atual município de São Pedro de Alcântara (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 21).

Resta, portanto, que durante seu período de freguesia, até 1833, a população josefense permaneceu essencialmente costeira. A ocupação deste espaço não se deu contudo, de forma uniforme. De fato, como aponta João Alberto Miranda Ribeiro, boa parte das terras não aparentavam ser muito favoráveis ao cultivo, embora a agricultura ainda fosse praticada:

O terreno dos barreiros até à Ponta do Leal é fértil para mandiocas, arroz, milho, feijão, linho e algodão. Da Ponta do Leal até o estreito, que fica defronte da Vossa Capital do Desterro, Coqueiros, Tagassú e Abraão, dá suas mandiocas, arroz, milho, feijão cana, algodão e linho, mas há poucas forças para a plantação. Capoeira e Praia Comprida dá arroz, milho e feijão; porém muito pouco e para cujo motivo os seus moradores trabalham na Picada do Norte e alguns em Maruí, onde se dá tudo muito bem. No Arraial da freguesia, são as terras muito fracas e pouco produzem. No Rio do Passa Vinte, são as terras boas e dão de tudo. No Rio Cubatão produz a terra tudo, a exceção da cana. Dá bem mandioca, porém, quando há cheias, se a água está muito tempo dentro nelas, apodrecem e tudo tem seu prejuízo.

Eram, portanto, os terrenos mais próximos do mar os menos favoráveis ao cultivo. Chama a atenção o fato do próprio arraial da freguesia ser muito pouco fértil. As regiões cortadas pelos rios que deságuam na baía sul, pouco afastados do arraial, são apontadas como os terrenos mais favorecidos. Esses rios, sobretudo o Imaruí e o Cubatão, permitiam a navegação de canoa até certo ponto, favorecendo a internalização e escoamento da produção.

Este primeiro, sobretudo, parece ter sido um eixo econômico importante. Era fértil e possuía boa navegabilidade, tratando-se do rio navegável mais próximo do arraial e porto de São José e não era afetado por cheias devastadoras como as do Cubatão. Consoante com tais vantagens, este espaço foi o mais visado pelas sesmarias.

Nas três últimas décadas do século XVIII, dez das vinte e uma datas de terras concedidas no território josefense identificadas no registro de sesmarias do governo da capitania de Santa Catarina situavam-se nas cercanias do Imaruim. Tal tendência manteve-se e possivelmente aprofundou-se no século XIX. Das trintas sesmarias identificadas no período, pelo menos dezessete (56,6%) delas concentravam-se nesta região.

As descrições dos terrenos revelam uma possível internalização da ocupação do território ao longo curso do rio. Se no final do século XVIII as referências a locais perto do litoral são mais frequentes, havendo três menções ao saco do rio Imaruim e uma a sua praia, no XIX o sertão deste rio e o caminho que segue seu curso em direção a Lages são citados com frequência, das dezessete sesmarias concedidas na região, dez fazem referência ao sertão e apenas uma à barra do Imaruim.

Para os moradores da freguesia, sua geografia oferecia outra vantagem importante: sua proximidade com o porto de Desterro. Segundo Daniel Simas

Ao longo do século XIX São José alcançara lugar de destaque no cenário estadual, com forte desenvolvimento comercial e produtivo. A condição geográfica do município, como entreposto comercial entre capital e o estado, configurou aspecto decisivo no crescimento josefense (SIMAS, 2016, p. 77).

O fácil acesso que se podia ter à vila através da Baía Sul, tornava São José o fornecedor natural de alimentos para o mercado consumidor desterrense, o principal da região à época. A capital, em virtude das funções administrativas e militares que passou a exercer no século XVIII, possuía, como apontou Fernando Henrique Cardoso, uma camada ponderável de funcionários reais e militares que recorriam ao mercado para obter sua subsistência. O desenvolvimento urbano e comercial da vila, sobretudo a partir do final do Oitocentos, só fez fortalecer sua demanda por alimentos adicionando uma camada de comerciantes, artesãos e profissionais liberais (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 15-40).

O papel de São José como fornecedor de alimentos para o Desterro consolidou-se ao longo da primeira metade do século XIX. Em 1860, o presidente da província, Francisco Carlos de Araújo Brusque apresentava o cenário do abastecimento da cidade:

Contemplai, senhores, a pequena lavoura nesta ilha. Os habitantes ocupam como descendentes os mesmos lotes de terras que foram distribuídos aos primeiros casais povoadores desta região, e que estão hoje subdivididos em pequenos retalhos. [...] À exceção de alguns alqueires de farinha, pouco ou nada trazem ao mercado desta cidade, que está sendo alimentada pela produção das colônias situadas no município de São José (ARAÚJO, 1860, p. 26-27).

O consumo potencial do consumo interno catarinense era, contudo, limitado. A população da capitania no início do século XIX atingia talvez 30 mil habitantes, a maioria dos quais lavradores. Oportunidades mais promissoras de comércio encontravam-se em mercados mais afastados. A proximidade do porto de Desterro, que comercia com Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e, também, com os países platinos, facultava aos produtores josefenses a possibilidade de inserir suas mercadorias nos circuitos comerciais atlânticos.

Dado este panorama da geografia da freguesia, vejamos, em linhas gerais, como se deu sua evolução populacional e econômica neste território nas décadas seguintes a sua fundação.

Como exposto anteriormente, a partir de meados do século XVIII, o litoral catarinense atravessa uma nova fase de ocupação, marcado pelo estabelecimento e desenvolvimento dos núcleos populacionais açorianos. Em São José, como em outras freguesias, foram nestas

décadas em que consolidou-se sua estrutura produtiva, implicando, por outro lado, na formação de uma incipiente população escravizada.

Concluído o traslado e instalação dos casais açorianos no litoral sulino, em 1756, contava a freguesia 533 habitantes (SILVA, 2008, p. 187). Passadas três décadas, em 1787, conforme mapa desta data, o crescimento demográfico havia sido significativo, a população aumentara três vezes e meia, viviam então 1868 pessoas na freguesia. Significativamente, o mapa de população também identificava pela primeira vez uma ponderável comunidade escravizada. Eram 321 indivíduos, cerca de 17% do total da freguesia. Uma incipiente camada de negros libertos encontrava-se também em formação, contava-se então vinte pretos e mulatos libertos.

Os primeiros mapas de população da década de 50 do século XVIII não discriminavam os escravizados da população geral. Estes certamente estavam presentes em Desterro, como o confirmam os relatos de viajantes. Possivelmente também os haviam os casais da terra que viviam no território josefense na primeira metade do Oitocentos. Eram, contudo, poucos numerosos estes primeiros habitantes, como vimos, e sua escravaria provavelmente refletiria esta condição.

A despeito dos desejos algumas vezes contrários da coroa, que desejava estabelecer na capitania colônias em que predominasse o trabalho livre e branco, como apontou Augusto da Silva, o desenvolvimento econômico de São José foi acompanhado pelo incremento da população de trabalhadores escravizados (SILVA, 2008, p. 204-207).

Embora as fontes não esclareçam a respeito da origem destes escravizados, a relação entre o número de homens e mulheres escravizados talvez seja indício de que pelo menos uma parcela destes indivíduos tenham sido obtidos através do tráfico. Contava a freguesia, como indica um mapa de população datado de 1787, 2,21 cativos homens para cada 1 cativa mulher. Tal desequilíbrio não corresponde à reprodução natural de uma população, mas corresponde à preferência do tráfico atlântico por trabalhadores masculinos.

A tendência geral do crescimento mantém-se na década seguinte, mas já com sinais de mudança na dinâmica, como aponta o relatório de João Alberto de Miranda Ribeiro. Em 1796, a população atingira 2.091 habitantes, 412 dos quais escravizados e 1.679 livres e libertos, isto é, os cativos perfaziam por volta de 20% da população da freguesia. Um incremento, portanto, com relação à década anterior. A aceleração no crescimento da população escravizada é mais evidente se observarmos os dados do crescimento em si: dos 223 novos habitantes de São José, 91 eram escravizados, cerca de 40%, portanto, deste total.

A precisão dos mapas de população deve, contudo, ser tomada com cuidado. Sobretudo quando analisados isoladamente. A tendência de parte da população masculina livre de evitar o recenseamento era reconhecida pelas autoridades coloniais. A proporção entre livres e escravizados na freguesia é, portanto, uma aproximação. Em 1803, por exemplo, segundo um mapa elaborado por ordens do governador Joaquim Xavier Curado, os escravizados eram 17,07% da população da freguesia, dois anos depois seriam 20,52%. Evidências de sua expansão relativamente ao número de livres em São José são mais consistentes a partir da segunda década do século XIX, como veremos.

Não obstante, o número absoluto de escravizados aumentou de forma significativa na década final do Setecentos, acompanhando ou talvez excedendo o crescimento da população livre. Reflexo, é possível, da intensificação da integração do litoral catarinense aos circuitos comerciais atlânticos nas últimas décadas do século XVIII, como apontou Beatriz Mamigonian. Se em 1783, o governador Francisco de Barros Teixeira Homem indicava a capitania ter exportado, no ano anterior, por volta de 24 mil alqueires de farinha de mandioca (SILVA, 2008, p. 207), em 1797, o governador João Alberto Miranda Ribeiro informava em seu relatório pouco mais 52 mil alqueires do produto exportados em 1796.

No mesmo relatório, este governador oferece a descrição mais completa do cenário produtivo josefense no crepúsculo do século XVIII. As informações levantadas por João Alberto Miranda para o ano de 1796 se encontram sintetizadas nas tabelas abaixo:

Tabela II. Instalações produtivas na freguesia de São José da Terra Firme no ano de 1796

	Engenhos de mandioca	Atafonas de moer trigo	Engenhocas de aguardente	Fábricas de açúcar	Curtumes de couro
Total da freguesia	164	82	11	6	5
Porcentagem do total da capitania	18,6%	29,4%	3,8%	10,0%	15,6%

Fonte: OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

Tabela III. Produção agrícola e manufatureira da freguesia de São José da Terra firme em 1796

	Medida	Produção total da freguesia	Porcentagem do total da capitania
Farinha de mandioca	Alqueires	20000	9,80%
Arroz		6919	43,77%
Milho		2749	21,97%
Feijão		1005	13,72%
Favas		83	31,09%
Trigo		121	8,01%
Cevada		1	2,86%
Aguardente de cana	Medidas	578	1,53%
Melado		480	8,74%
Açúcar	Arrobas	101	2,81%
Algodão		271	11,12%
Café		62	45,93%
Linho	Pedras	381	15,56%

Fonte: OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

A produção da freguesia, como se vê, era diversificada, tendo como principal cultivo, pelo volume, a mandioca. O número de engenhos de farinha era excepcionalmente elevado, a segunda maior concentração na capitania, atrás somente de São Miguel. O destaque encontrava-se, contudo, na produção de milho e arroz, cultivo em que a freguesia liderava. As numerosas atafonas de moer trigo provavelmente ocupavam-se no processamento do milho, no lugar do trigo, que pouco se cultivava.

Eram os quatro primeiros produtos da tabela II os principais frutos da agricultura catarinense e josefense. Já despontava, contudo, a freguesia como um dos principais polos produtivos no litoral. Como pode-se observar na tabela III, São José aparece como o segundo maior produtor geral destes alimentos na capitania e o maior no termo da Vila de Nossa Senhora de Desterro em 1796.

Tabela IV. Produção total de farinha de mandioca, arroz, milho e feijão em alqueires nas vilas e freguesia da capitania de Santa Catarina no ano 1796

	Farinha de mandioca	Arroz	Milho	Feijão	Total
N. Sra. da Graça do Rio de de São Francisco	60000	800	-	100	60900
São José da Terra Firme	20000	6919	2749	1005	30673
N. Sra. da Conceição da Lagoa	25000	664	2618	1008	29290
N. Sra. das Necessidades	20000	2372	1882	1676	25930
São Miguel da Terra Firma	20000	2037	1216	1098	24351
N. Sra. do Desterro	20000	1412	1665	1246	24323
Sto. Antônio de Laguna	20000	145	1175	589	21909
Sta. Ana da Vila Nova	13000	180	56	57	13293
N. Sra. do Rosário de Enseada do Brito	6000	1277	1153	577	9007

Fonte: OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição.

Observe-se, ademais, a parca produção de Nossa Senhora do Desterro, de que, à época, ainda não se havia desmembrado a futura freguesia da Lapa do Ribeirão, região de produção agrícola.

De pouca relevância era, por outro lado, a produção sucroalcooleira, de que a freguesia possuía poucas engenhocas e fábricas, concentrado-se na produção do melado, de fraca exportação. Tratava-se, portanto, de uma produção voltada para o consumo local e não para a exportação.

O mesmo pode ser dito da manufatura têxtil josefense: produzia-se algum algodão e fabricava-se linho. Esta indústria havia se desenvolvido de forma significativa com a instalação dos casais açorianos. Eram 51 teares na freguesia em 1755 e 109 em 1786. A despeito do alvará de proibição das manufaturas têxteis no Brasil de 1785, a produção resistiu em Santa Catarina, como o demonstra o relatório de 1797 João Alberto Miranda Ribeiro. Estes têxteis serviram, contudo, principalmente para o consumo local, não encontrando-se presentes na pauta de exportação da capitania em 1796.

Em situação diferente encontravam-se os couros. Ainda que o relatório não detalhe sua produção, sabe-se que foram exportados 7.916 unidades do produto naquele ano, a maior parte dos quais, cerca 73%, sendo exportados pela vila de Desterro e suas freguesias. É

provável que São José tenha participado de tal comércio, dada a presença de alguns curtumes em seu território.

Há, por fim, a indústria cerâmica, de que nos informa Saint-Hilaire, classificando-a como uma das principais atividades da capitania. João Alberto Miranda Ribeiro novamente silencia a respeito da produção, informando-nos apenas de sua exportação. Foram naquele ano exportadas pela Ilha de Santa Catarina e o continente adjacente, 8500 telhas, da totalidade da capitania, e 2640 tijolos, de um total 10640, além de duas talhas de louça de barro. Há indícios da participação de São José em tal comércio. Ao passar pela freguesia em 1807, o viajante inglês John Mawe descrevia que suas principais atividades econômicas consistiam em “serrar madeira, reduzindo-a a pranchas, fabricar tijolos e plantar arroz (MAWE, p. 204)”. A olaria também foi observada por Saint-Hilaire. Em sua passagem pela região em 1820, ele aponta que:

Todas essas louças são feitas ao torno, com argila cor de azeitona, extraída do lugar denominado Cubatão, na terra firme. Depois de secas à sombra, passam-lhes com um pano a solução de um barro vermelho tirado das margens do estreito que separa a ilha do continente, pulem-nas com uma pedra lisa e levam-nas ao forno (HILAIRE, p. 187-188).

Eram, contudo, todas estas, atividades secundárias. O cerne das atividades econômicas de São José, e de Santa Catarina, como um todo, ainda era a produção de alimentos para o consumo interno. E eram estas atividades que permitiam aos lavradores a inserção nos circuitos atlânticos de comércio e a conseqüente capitalização e expansão das unidades produtivas no território josefense. Retomando os quatro gêneros citados anteriormente, vê-se que estes gêneros já atingiam nível significativo de comercialização. De todo arroz produzido, cerca de 30% era exportado, da farinha e do feijão, exportava-se $\frac{1}{4}$ e do milho, por volta de $\frac{1}{5}$.

No alvorecer do século XIX, a freguesia de São José da Terra Firme encontrava-se, portanto, em posição invejável para beneficiar-se da repentina e acelerada expansão do mercado interno colonial nas primeiras décadas do novo século. Seu território, situado na fronteira agrícola continental, era cortado por rios margeados por terrenos propícios para o cultivo. Encontrava-se nas proximidades do maior porto no litoral catarinense, ponto de escoamento para a produção, que lhe permitia acesso facilitado a mercados maiores e mais distantes. Mas também de consumo: a cidade era o principal centro urbano da região, base militar de uma tropa numerosa e local de paragem e abastecimento das frotas que percorriam o litoral.

Restava, contudo, a questão da mão-de-obra. O aumento da demanda de alimentos era também o aumento da demanda por trabalho. E, sem desviar do padrão da colônia, as unidades produtivas da freguesia resolveram seu problema recorrendo ao emprego de escravizados.

3.2 São José no início do século XIX: o avanço da escravidão

A evolução demográfica da população escravizada da freguesia de São José a partir de finais do século XVIII está sintetizada na tabela IV:

Tabela V. Total de escravizados, livres, libertos e total percentual de escravizados sobre a população total da freguesia de São José da Terra Firme entre os anos de 1787 e 1831

Ano	Total de escravizados	Total de livres e libertos	Total de escravizados sobre a população total
1787	321	1.547	17,18%
1796	412	1.679	19,70%
1803	381	1.851	17,07%
1805	545	2.111	20,52%
1806	615	2.218	21,71%
1810	566	2.231	20,24%
1812	639	2.429	20,83%
1813	885	2.664	24,94%
1814	800	2.581	23,66%
1819	968	3.174	23,37%
1829	1.314	4.065	24,43%
1831	1.546	4.263	26,61%

Fonte: 1787: Resumo de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Livros de Baptismo e Róis da desobriga do ano 1787 com separação de Sexos, Estados, e Parentescos, mandado ordenar pelo Governador Interino (...); 1796: OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição; 1803: CARTA do [governador de Santa Catarina], coronel Joaquim Xavier Curado, ao príncipe regente [D. João], remetendo mapas estatísticos da povoação, culturas, exportações e importações de 1803, referentes aos diferentes distritos que pertencem à Santa Catarina; 1805: OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos, e o desenho do aquartelamento das tropas de Linha; OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da

população da ilha e mapas do Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha; 1810: Paulo Joze Miguel de Brito. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina. Lisboa, 1829; 1812: Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Mapas que deram os Comandantes dos Distritos do ano de 1812. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 210; 1813: Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Mapas que deram os Comandantes dos Distritos do ano de 1813. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 211; 1814: Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Mapas que deram os Comandantes dos Distritos do ano de 1814. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 212; 1819: Mappa da População do Governo de Santa Catarina segundo as Listas dos Capitães Mores, dadas em o último de Dezembro de 1820, Confrontando com as do último de Dezembro de 1819. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 213; 1829: apade população da Província de Santa Catarina do Anno de 1829; 1831: Quadro populacional fornecido pelo presidente Feliciano Nunes Pires em 16 de julho de 1832. Transcrição obtida em PIAZZA, 1975, p. 323-326.

Como se vê, a tendência demográfica do período é claramente ascendente. Entre 1787 e 1831, o número de escravizados cresceu aproximadamente 382%, ao passo que a população livre e liberta cresceu por volta de 175%. É preciso, contudo, demarcar os ritmos diferentes. Nos vinte e três anos entre 1787 e 1810, a população escravizada cresceu a uma taxa anualizada de 3,32% ao ano, contra os 1,92% dos livres e libertos. Os cativos perfaziam por volta de um quinto da população total da freguesia neste período. Na primeira década do século XIX, o ritmo de crescimento parece ter mantido a participação dos escravizados na população equilibrada neste patamar.

A partir daquela última data, o crescimento do número de escravizados aumenta sensivelmente, dos 3,32% do período anterior, passa-se a 8,24% anualizados entre 1810 e 1831. Este número supera largamente o crescimento dos livres e libertos, cuja população aumentou a taxas de 4,34%. No período, os escravizados foram responsáveis por cerca de um terço do crescimento total da população da freguesia, atingindo a máxima histórica de 26,61% da população composta por cativos².

Este súbito aumento no ritmo de crescimento da população africana escravizada pode igualmente ser verificada nos registros de batismo de São José entre 1801 e 1828. Os oitenta e três batismos realizados na freguesia dividem-se anualmente da seguinte maneira:

Tabela VI. Batismos quinquenais de africanos novos na freguesia de São José da Terra Firme entre os anos de 1801 e 1828

1801-1805	0
1806-1810	1

² Os brancos livres foram responsáveis por cerca de 59% do crescimento populacional entre 1810 e 1831. Os pretos e pardos libertos ou ingênuos tiveram seus números acrescidos em cerca de 5,8%. O que indica que a população negra, cativa ou não, respondeu por pouco mais de 40% do crescimento no período.

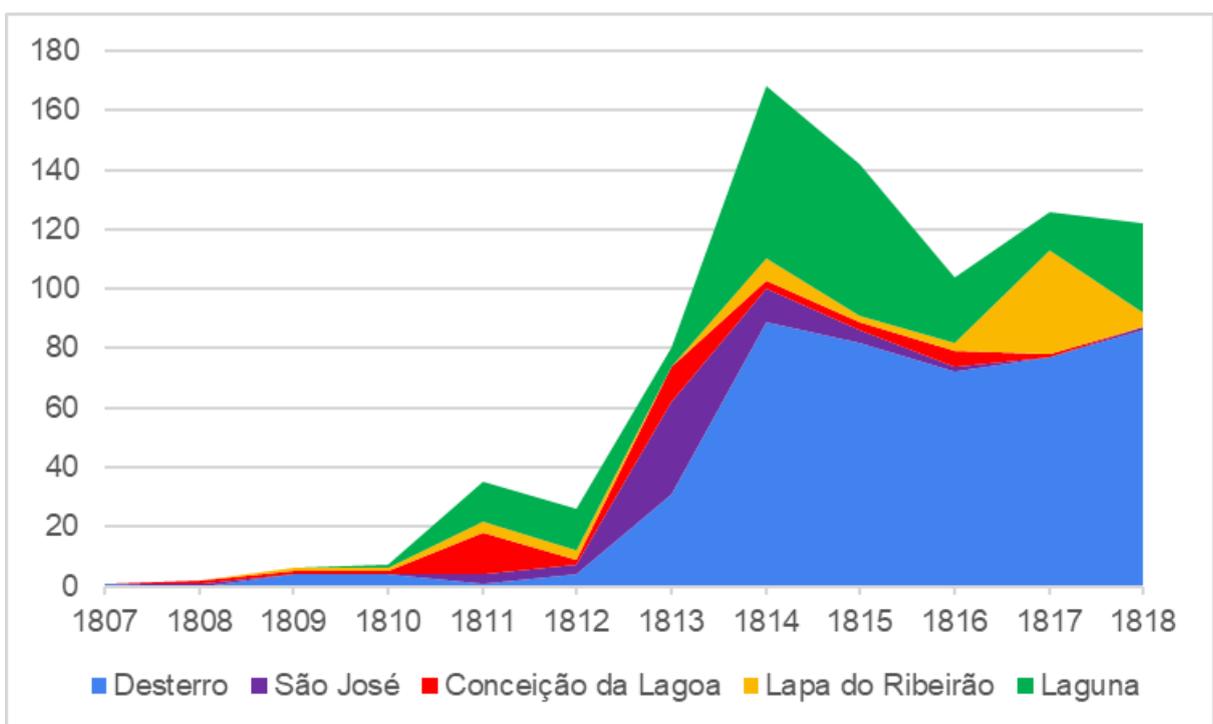
1811-1815	52
1816-1820	10
1821-1825	18
1826-1828	2

Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. São José - Batizado de Escravos - 1801-1828.

O batismo de escravizados torna-se mais frequente entre os anos 1809 e 1812, mas atinge outro patamar de expansão a partir de 1813. De fato, somente neste ano, trinta e um africanos foram batizados. Considerando os batismos por décadas, entre 1801 e 1810, apenas um registro de africano foi identificado. Entre 1811 e 1820, sessenta e dois africanos foram batizados. No último decênio incompleto, de 1821 a 1828, foram encontrados 20 africanos.

Agregando os resultados da pesquisa nos registros de batismo de São José aos de outras pesquisas no litoral catarinense, identificamos portanto que a freguesia seguiu a tendência geral da capitania e província, confirmando a segunda década do século XIX como um ponto de inflexão no ritmo de crescimento da população escravizada em Santa Catarina:

Gráfico V. Número anual de batismos de africanos nas vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio dos Anjos da Laguna e nas freguesias Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição da Lagoa entre os anos de 1807 e 1818



Fonte: MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil:** criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPU, Porto Alegre, 2007; ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos:** tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório de pesquisa Pibic/BIP-CNPq/UFSC, 2004; SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Africanos no sul do Brasil:** rotas do tráfico e identidade étnica. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFSC, 2006; ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA. São José - Batizado de Escravos - 1801-1828.

Este afluxo de africanos escravizados para a freguesia de São José tinha duas características. Primeiramente, ele era quase exclusivamente masculino. Os homens constituíam por volta de 87 % dos batizados e as mulheres 13%, isto é, eram quase 7 homens para cada mulher.

Consoante com esta chegada de cativos do sexo masculino, a população escravizada de São José manteve por boa parte do século XIX o desequilíbrio de sexo que já a caracterizava no século anterior.

Tabela VII. Número de escravizados por sexo e taxa de masculinidade

Ano	Escravos pretos e pardos	Escravas pretas e pardas	Taxa de masculinidade
1787	221	100	2,21:1
1796	280	132	2,12:1
1803	242	139	1,74:1
1805	353	192	1,83:1
1806	410	205	2:1
1810	363	203	1,79:1
1812	414	225	1,84:1
1813	582	303	1,92:1
1814	535	265	2,02:1
1819	636	332	1,92:1
1829	860	454	1,89:1
1836	1115	608	1,83:1
1840	984	651	1,51:1
1854	786	519	1,51:1
1872	567	459	1,24:1

Fonte: Dos anos de 1787 a 1829 conforme a tabela IV; 1836: (...)na dos Fogos e Populações da Província de Santa Catharina no Anno de 1836. ANRJ, Cód.808, Vol.3, fol.85; 1840: Quadro da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província de Santa Catharina com o resumo da sua população relativa ao ano civil de 1840 - Fala que o presidente da província de Santa Catharina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1841; 1854: Mapa aproximado da população da província de Santa Catharina do Relatório do presidente da província de Santa Catharina em 1º de março de 1855. 1872: Recenseamento da população do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872: v. 3, pt. 2.

O funcionamento do tráfico até o início da década de 1830 garantiu a manutenção do desequilíbrio; a partir de então a crioulização da população escravizada reequilibrou o número de homens e mulheres cativos.

O estudo de Stuart Schwartz sobre a sociedade do açúcar baiana demonstrou que, embora o trabalho doméstico fosse uma ocupação importante, a maioria das escravizadas nos engenhos da Bahia trabalhavam no campo, com parte delas ocupando funções importantes no processamento da cana. Permanecia, contudo, um desequilíbrio de sexo nas plantações. O autor explica que a “divisão sexual do trabalho refletia as variações nas necessidades de força e precisão, com os homens designados para as tarefas que demandavam a primeira dessas exigências e as mulheres, a segunda” e, conseqüentemente, a “desproporção entre os sexos na população trabalhadora dos engenhos parece resultar das demandas de trabalhadores de enxada ou de problemas de oferta no tráfico de escravos, e não das necessidades das etapas de beneficiamento da cana” (SCHWARTZ, 1988 p. 138). Em São José, o desequilíbrio de sexo pode ter tido causas similares.

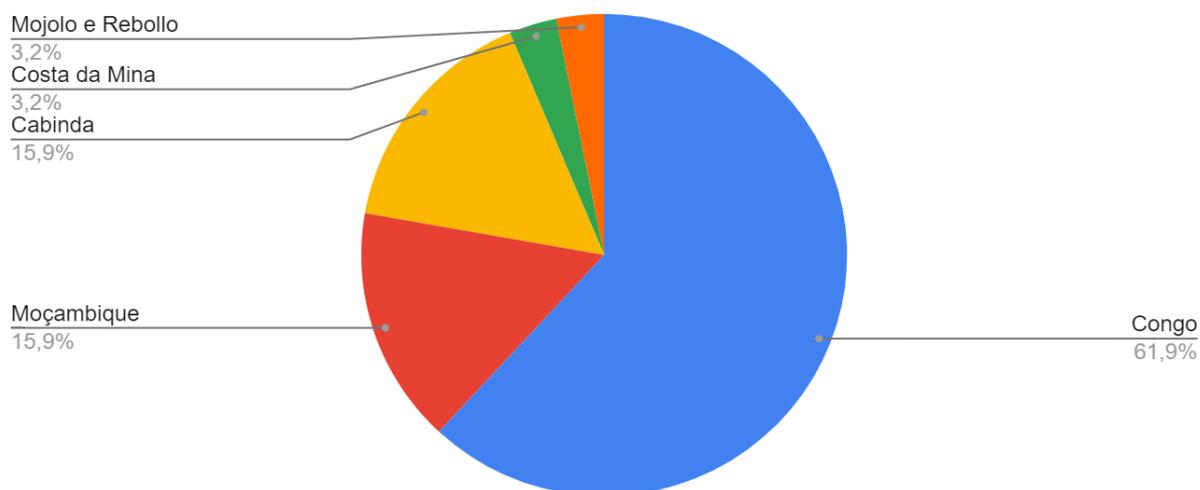
Conforme aponta André Passos, a paridade entre escravizados e escravizadas seriam características de regiões onde praticava-se a agricultura de subsistência em pequenas unidades. Seria o caso do Paraná, onde a maior taxa de masculinidade foi de 104 homens para cada 100 mulheres. Em São José, contrariamente, e em Santa Catarina de modo geral, “o índice de masculinidade elevado na sua população escravizada indica que havia uma produção mercantil baseada na escravidão voltada a demanda de outros centros urbanos e que impulsionava a demanda por escravizados do sexo masculino (PASSOS, 2021, p. 123)”.

Por outro lado, insistimos, essa taxa elevada cativos do sexo masculino está intrinsicamente ligada à africanidade desta população. Os cativos que partiam da África ao Brasil já eram, em sua maioria, homens, como demonstrou Manolo Florentino (FLORENTINO, 1997, p. 59). O caso de Minas Gerais nos oferece uma comparação esclarecedora. Em 1823, a população escravizada majoritariamente crioula da província, cerca de 60% do total, convivia com uma parcela importante de africanos, os 40% restantes. O primeiro grupo, nascidos no Brasil, apresentavam uma taxa de masculinidade equilibrada: eram 1,03 homens para cada mulher. Já entre os africanos, eram quase três homens para cada mulher. O agregado da população cativa da província dava, portanto, uma taxa de 1,49 homens por mulher (LIBBY, 2002, p. 249). É razoável, neste sentido, supor que São José, que apresentou consistentemente uma taxa superior a esta nas três primeiras décadas do

Oitocentos, oscilando em torno de 2:1, possuiria uma proporção de africanos ainda superior à mineira.

Outra característica da escravidão josefense foi a ampla preponderância de africanos originários da região centro-ocidental, com o predomínio daqueles provenientes do Congo. Os africanos batizados em São José foram registrados conforme as seguintes nações:

Gráfico VI. Nações dos africanos batizados em São José entre 1801 e 1828



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA. São José - Batizado de Escravos - 1801-1828.

Tal resultado não destoia do cenário do litoral catarinense. Na Lapa do Ribeirão, Fernanda Zimmermann identificou que “aproximadamente 76% dos africanos no Ribeirão da Ilha eram da África Centro-Occidental, sendo 35% deles só do Congo. Além disto, 15% eram da África Oriental (Moçambique), e 9% da África Occidental (Costa da Mina) (ZIMMERMANN, 2004, p. 16)”. A similaridade destes dados, a autora concluiu, com aqueles encontrados no Rio de Janeiro, indicam a origem carioca da importação destes africanos.

Se a análise cruzada do livro de batismos e os mapas da população nos revelam dados relevantes sobre a escravidão em São José, por outro, nos apontam para uma lacuna nos registros demográficos da freguesia. Se os mapas de população indicam em 933 indivíduos o crescimento total da população escravizada entre os anos de 1803 e 1829, no livro de batismo encontramos os registros de 623 cativos totais, incluindo aí os 83 africanos citados. Tomado isoladamente, este número indicaria uma entrada 50% maior de escravizados na freguesia do

que os registros apontam. Porcentagem fictícia, dada a altíssima taxa de mortalidade desta população, mas que ajuda a ilustrar a dimensão da lacuna.

É certo que um desajuste entre as fontes é previsível dadas as limitações técnicas diante de um território extenso e uma população dispersa. O peso de tal fator deve, contudo, ser relativizado. Fato que torna-se mais evidente comparando-se os dados da freguesia com os de localidades próximas no termo da vila de Desterro.

Tabela VIII. Diferença entre o número de batismos de escravizados e o crescimento demográfico registrado nos mapas de população na vila de Desterro e nas freguesias de São José, São Miguel, Conceição da Lagoa e Lapa do Ribeirão.

Local/Período dos batismos	Batismos totais (A)	Batismos de africanos	População em 1803 cfe. mapas	População em 1806 cfe. mapas	População em 1829 cfe. mapas	Aumento da população cfe. mapas (B) ³	Diferença entre o nº de batismos e o aumento da população (A-B)
Desterro (1803-1829)	3091	995	1352	-	2649	1297	1794
Conceição da Lagoa (1803-1829)	852	89	587	-	900	313	539
São Miguel (1801-1830)	1195	257	862	-	1620	758	437
Lapa do Ribeirão (1806-1829)	482	159	-	413	572	159	323
São José (1803-1828)	623	83	381		1314	933	-310

Fonte: MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil:** criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007; ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos:** tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório de pesquisa Pibic/BIP-CNPq/UFSC, 2004; Livro de Batismos – Lagoa – n. 1 (1801-1864). Transcrição de Maria Helena Rosa Schweitzer. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.; ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIASTICO DE SANTA CATARINA. São José - Batizado de Escravos - 1801-1828.

³ Obteve-se este valor a partir da diferença entre o primeiro e o último mapa populacional disponível para as três primeiras décadas do século XIX. Nos casos de Desterro, Conceição da Lagoa, São Miguel e São José, trata-se dos mapas de 1803 e 1829. No caso da Lapa do Ribeirão, o primeiro mapa data de 1806. Neste sentido, os dados da Lapa do Ribeirão na última coluna destoam em certa medida daqueles das outras localidades do litoral catarinense. Mas, dados a proximidade entre as datas iniciais, 1803 e 1806, e o crescimento comparativamente pequeno de sua população cativa no período, estimou-se que esta diferença não alteraria de modo relevante as conclusões que seguem abaixo.

Os fatores que dificultariam o registro preciso dos nascimentos e o recenseamento demográfico dos escravizados certamente impactaram, em graus diferentes, toda a região. Contudo, o que depreende-se da tabela VII são duas situações atípicas. A primeira, e mais evidente, é a excepcionalidade do saldo negativo no número de batismos na em São José comparado com as demais freguesias, todas positivas. O que parece estar contribuindo de maneira importante para este resultado é o número particularmente baixo de batismos de africanos identificados. Note-se que, neste aspecto, São José, que teve o segundo maior acréscimo em seu contingente de escravizados, perdendo somente para Desterro, situa-se atrás da freguesia da Lapa do Ribeirão, que contava com uma população de cativos muito inferior em números.

É nos batismos de africanos que encontramos a segunda situação excepcional. Em sentido inverso a São José, Desterro registrou um número desproporcionalmente elevado de batismos de africanos. Foram quase doze vezes o número de batismos de São José. Note-se aqui que o crescimento da população escravizada, conforme os mapas, foi somente 40% maior que a josefense neste mesmo período. Desterro concentrou sozinha uma quantidade de batismos que ultrapassava por larga margem aqueles registrados nas outras freguesias da tabela VII, locais estes que, em 1829, congregavam um população de cativos superior a da própria vila.

Creemos estarem estas duas situações, o déficit de batismos de africanos em São José e o excesso destes em Desterro, conectadas. Tal conexão talvez encontre suas raízes no relacionamento econômico estreito entre as duas margens da Baía Sul, fato que pode ser percebido nas concessões de terras em São José.

Consultando o Registros de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, observa-se que das 51 concessões feitas entre os anos de 1773, data da primeira, e 1823, a da última, 23, foram destinadas a moradores de Desterro e indivíduos que ocupavam algum cargo ou ofício na Ilha. Chamamos, sobretudo, a atenção para a presença de membros destacados da elite desterrense e catarinense entre os listados. Figuram ali indivíduos que, em algum momento, governaram a capitania de Santa Catarina: o governador Manoel Soares Coimbra, que ocupou o cargo entre os anos de 1791 e 1793, José da Gama Lobo Coelho d'Eça, fidalgo da Casa Real, e membro da junta governativa de 1800 e José Pereira da Cunha, membro da mesma junta e vereador de Desterro (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2023), além de outros oficiais de alta patente⁴.

⁴ Destacamos João da Costa da Silveira, tenente de infantaria e capitão e governador da Fortaleza de Santo Antônio dos Ratonos, Alexandre José de Campos, tenente de granadeiros do Regimento de Santa Catarina e

Nos interessa, contudo, um outro grupo, os comerciantes da vila de Desterro. Foram sete as concessões de terras que estes homens receberam. Falamos aqui de indivíduos da elite econômica da vila, comercializando grandes quantidades de farinha de mandioca, possuindo extensos plantéis de escravizados e, em alguns casos, participando no tráfico de escravizados. José Luiz do Livramento tipifica este grupo. Sua família contava entre seus membros alguns dos principais traficantes e senhores de escravizados em Santa Catarina no período. Ele mesmo foi citado nos registros de óbitos de nada menos que 33 escravizados entre os anos de 1803 e 1824 e há registros de pelo menos 90 escravizados trazidos por seus filhos entre 1823 e 1827 (MAMIGONIAN; CARDOSOS, 2013, p. 27-28). A outra face dos negócios da família era o comércio de farinha de mandioca. Nos anos de 1814 e 1815, José Luiz e seus filhos comercializaram nada menos que 8380 alqueires do produto.

Outra figura importante identificada entre os sesmeiros foi o já citado José Pereira da Cunha. Além dos cargos políticos que ocupou, possuía uma taverna de molhados para qual importara dois contos e quinhentos e setenta e um mil réis em produtos entre 1794 e 1796. Em 1815, ele aparece nas fontes pagando direitos sobre 2000 alqueires de farinha de mandioca que buscava comercializar na sumaca São Domingos. Entre os anos de 1802 e 1829, foi citado nos registros de óbitos de 28 escravizados. Outro grande comerciante foi o capitão Francisco Machado de Souza. Sua loja de fazendas de varejo importou quase 20 contos de réis entre os anos de 1794 e 1796 Assim como José Pereira da Cunha, teve de pagar direitos sobre 500 alqueires de farinha em 1814. Foi citado nos registros de óbitos de 21 escravizados entre 1802 e 1828. Ao lado destes, encontramos mercadores de menor vulto, como Manoel Pereira dos Santos, que possuía uma loja de fazendas e uma taverna de molhados em Desterro, importando para aquela primeira cerca de três contos em mercadorias, e Anastácio Silveira de Souza e Luís Antônio de Souza, ambos aparecem nos registros em 1815 pagando direitos sobre a comercialização de 1700 e 2000 alqueires de farinha de mandioca respectivamente⁵.

É razoável supor que estes mercadores desterrenses, já em posse das sesmarias, dos capitais, da força de trabalho e envolvidos no comércio da farinha, tenham decidido alocar parte de seus recursos diretamente na produção. Estabelecidos como estavam na vila,

Thomé Francisco de Souza Coutinho, tenente coronel graduado e major ajudante de ordens do Governo de Santa Catarina.

⁵ Os dados referente às atividades destes indivíduos foram obtidos cruzando as informações disponíveis no livro de receita e despesa do novo imposto da farinha de mandioca (1813-1821) da Câmara Municipal de Desterro com as tabelas de relação de lojas de fazendas de varejo e tavernas de molhados presentes na vila de Desterro do já citado relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro de 1797 e os dados do primeiro e segundo livro de registro de óbitos de escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro (1799-1834).

possivelmente batizaram seus escravizados na capital antes de mandá-los para suas plantações no continente. Esta hipótese não elucidaria somente o déficit e o excesso de batismos em São José e Desterro, mas também ajudaria a explicar o rápido avanço do número de escravos na freguesia, haja vista o volume dos cabedais que estes homens podiam empenhar e o acesso direto e não mediado que tinham à praça carioca.

Menos especulativa que este papel, foi a função que os comerciantes de Desterro tiveram como fornecedores de crédito para os moradores de São José. Nos onze inventários analisados disponíveis da freguesia de São José nas três primeiras décadas do século XIX, aparecem como credores o capitão Francisco Machado de Souza, um dos sesmeiros de que falamos anteriormente, Anacleto José Pereira da Silva, abastado comerciante da farinha e político destacado em Desterro (CARDOSO, P., 2008, p. 31), Miguel Joaquim do Livramento, filho de José Luís do Livramento, e Manoel Vieira da Cunha. Os dois últimos grandes traficantes de escravizados⁶.

Como já indicado por João Fragoso e Manolo Florentino, o comércio no Brasil se dava através de uma infinita cadeia de endividamento que ligava a África e Brasil e o topo da hierarquia econômica até os lavradores e produtores diretos perto de sua base (FRAGOSO, 1998, p. 243), (FLORENTINO, 1997, p. 128-129). Na ausência de instituições financeiras fortes e em um cenário de escassez de numerário, o capital mercantil, ao controlar a liquidez do sistema, concentrava o financiamento das atividades econômicas (FRAGOSO, 1998, p. 246). Central para o funcionamento do sistema era o adiantamento. Por meio deste mecanismo, comerciantes poderiam adiantar mercadorias em troca do direito de compra de uma safra futura (FRAGOSO, 1998, 256).

Pode-se especular que um mercador como Miguel Joaquim do Livramento, envolvido como estava no tráfico de pessoas e no comércio de gêneros, poderia adiantar aos lavradores josefenses a valiosa força de trabalho escravizada em troca da farinha de mandioca que se produziria, financiando desta maneira a expansão da lavoura escravista pela freguesia.

Em Laguna, no mesmo período, André Passos também pode constatar a existência um grupo mercantil que financiou as atividades agrícolas na região:

Ao analisar a dinâmica mercantil da região portuária de Laguna, suas lojas e aspectos do crédito local, percebeu-se que os lavradores e senhores de engenho puderam obter crédito e mercadorias para ampliarem a sua produção agrícola nos estabelecimentos comerciais da região. As lojas funcionavam como um importante mecanismo de acumulação de capital para os negociantes da região, por meio do fornecimento de crédito e do adiantamento de mercadorias a juros. O comércio de

⁶ Em 1826, Manoel Vieira da Cunha despachava 81 escravizados novos para Santa Catarina.

fazendas secas, geralmente de mercadorias importadas de maior valor, supõe-se inclusive de africanos escravizados, era feito por um grupo restrito de investidores (PASSOS, 2021, p 200).

Ali, os comerciantes acabaram por ocupar o topo da hierarquia econômica, detendo as maiores fortunas da vila. Em São José, não parece ter se passado coisa semelhante. Nenhum inventário destacou-se pela presença de grandes dívidas ativas. É possível que, neste período, o fornecimento de crédito e adiantamento de mercadorias tenha se concentrado nas mãos da elite desterrense.

Os inventários encontrados no período, embora não sejam numerosos, nos permitem entrever alguns outros aspectos da economia e escravidão em São José. Acompanhando a tendência geral das freguesias e vilas do litoral catarinense, pode-se observar a ampla difusão da posse de escravizados entre os inventariados: dos onze inventários, somente três não os possuíam, isto é, estes figuravam em 73% dos inventários. Para o mesmo período, nas décadas de 1810 e 1820, em Laguna, André Passos eram 70% os inventários que contavam com escravizados. Em São Miguel, nas duas décadas seguintes, este número chegava a 87%.

No que toca ao número de escravizados por senhor, seguindo novamente a média da região, São José apresentou um padrão de pequenos plantéis divididos entre muitos senhores. Foram 4,65 cativos por proprietário, valor muito próximo dos 4 cativos por senhor identificados por André Passos em Laguna para o período de 1799 a 1859.

Tabela IX. Número de escravizados por inventário em São José no período de 1817 a 1827

Inventariado	Ano	Nº de escravizados	Engenhos de fazer farinha	Engenhos de moer cana	Animais	Atividades econômicas
Pedro Machado Ferreira	1817	-	-	-	Não	Não identificadas
Felipe da Silva Rosa	1819	-	-	-	Não	Lavoura; produção de farinha.
Antônio Vilela	1820	-	1	-	Não	Lavoura; produção de farinha.
Dona Maria Clara	1819	1	-	-	Não	Não identificadas.
Bernarda Joaquina	1821	1	-	-	Não	Lavoura de arroz e mandioca; produção de farinha e tecidos.
Severino de Souza	1824	3	1	-	Não	Lavoura; produção de

Sarmento						farinha.
Teresa de Jesus	1827	3	1	-	Sim	Produção de farinha.
Jerônimo dos Santos	1824	5	-	-	Não	Não identificadas.
Jacinta Rosa Jesus	1823	6	1	-	Sim	Lavoura; pecuária; produção de farinha
Maria Joaquina	1827	8	1	1	Sim	Lavouras de feijão, mandioca, cana, café e algodão; pecuária; produção de açúcar, farinha e panos; carpintaria; pesca.
Antônio Lourenço Medeiros	1822	10	1	1	Sim	Lavoura; pecuária; produção de farinha e açúcar.

Fonte: Arquivo Central do Poder Judiciária de Santa Catarina. Inventários. (1800-1830)

Como apontamos, o número de inventários disponíveis para o período é reduzido, trata-se de todos os inventários que puderam ser identificados nos Arquivo Central do Poder Judiciária de Santa Catarina para o período pesquisado das três décadas iniciais do século XIX. Há ademais as limitações próprias da fonte, posto que esta exclui de início os indivíduos que não inventariaram seus bens ou o fizeram de forma privada, sem apelar à partilha judicial. Soma-se a isto ainda a dificuldade advinda dos inventários de indivíduos que não moravam na localidade ou que tinham seu patrimônio disperso em vários locais. Este último aspecto é importante, dado que, como vimos, São José possuía muitos sesmeiros moradores de Desterro. Os inventários analisados aqui são, contudo, todos de moradores da própria freguesia.

Tais fatores nos levam portanto a evitar conclusões categóricas a respeito da natureza da escravidão josefense e a recorrer a comparações com outras regiões no litoral catarinense onde os dados são mais abundantes para dar mais solidez às análises. O que pode-se concluir seguramente é a preponderância das atividades agrícolas e, entre elas, da produção da farinha de mandioca e seu processamento. Mais da metade dos inventários possuem engenhos de farinha. A ausência destes não parece ser, contudo, impeditivo da produção da farinha, excluídos os inventários que não nos dão qualquer indícios a respeito das atividades produtivas, os restantes possuem todos tachos de torrar farinha. André Passos apontou para a possibilidade dos lavradores desprovidos de engenho ralarem suas mandiocas nos engenhos de terceiros, cedendo, como pagamento, parte da farinha produzida (PASSOS, 2021, p. 84-86). É razoável supor que tal prática também se desse entre os moradores de São José.

Há portanto uma diferenciação entre os produtores de farinha. Diferenciação também presentes entre os senhores de engenho. É improvável que Antônio Vilela, desprovido de escravizados e animais de trabalho, e dono de um engenho de farinha avaliado em 12 mil reais, fosse capaz de produzir o mesmo que Antônio Lourenço de Medeiros, que possuía animais de tração, dez escravizados e um engenho avaliado em 32 mil réis, mais que o dobro.

É possível entrever aí unidades produtivas com dinâmicas econômicas diferentes. Entre os primeiros inventariados, pode-se imaginar lavouras de indivíduos de poucas posses, com escassos equipamentos e a totalidade da força de trabalho sendo familiar, dedicando-se principalmente à subsistência e permitindo ocasionalmente a comercialização dos excedentes produtivos que lhes facultava o acesso aos poucos bens pessoais de que dispunham.

Em seguida, encontramos indivíduos como Severino de Souza Sarmiento e Teresa de Jesus. Aqui, o trabalho escravizado já começa a figurar, ainda que em pequeno número. Trata-se potencialmente da situação descrita por Bert Barickman, em que a força de trabalho cativa é somada ao trabalho familiar a fim de responder à demanda crescente de trabalho. Não implicando, portanto, no afastamento do senhor de escravizados das atividades agrícolas. Em outras localidades no litoral catarinense e em regiões economicamente similares no Brasil, como já apontamos, este era o tipo predominante de proprietário de cativos, sendo provavelmente também este o caso na freguesia de São José como um todo.

Por fim, há senhores como Antônio Lourenço Medeiros e Maria Joaquina. O número de escravizados aqui, mais de oito, já os coloca fora do trabalho de subsistência e possibilitando uma especialização produtiva no fornecimento de gêneros alimentícios. Tratariam-se de empresas escravistas, de que falamos anteriormente. Esta categoria de senhores, a minoria em Santa Catarina, concentrava contudo, como vimos em São Miguel e Laguna, uma parcela significativa dos trabalhadores escravizados. Sintomaticamente, talvez, na pequena amostra de que dispomos os dados, em São José, estes proprietários possuíam quase metade dos 37 cativos identificados.

A riqueza acrescida lhes dava maior possibilidade de envolver-se em outros ramos da economia colonial. Na freguesia, os dois maiores senhores de escravizados também investiram seus recursos na aquisição de engenhos de moer cana. A presença de fornos e tachos e a ausência de alambiques nos sugerem que sua produção concentrava-se no açúcar. Tratava-se de um ramo extremamente restrito da economia josefense. Como vimos, eram somente seis os engenhos de açúcar em 1796. Aqui, como em Laguna, os negócios da cana atraíam alguns dos indivíduos mais afortunados da região sem, contudo, implicar no abandono de outras atividades. O caso de Maria Joaquina neste sentido é exemplar. Ao lado

do engenho de farinha e moer cana, esta senhora também envolvia-se com a cafeicultura, produção de tecidos e carpintaria, além das atividades provavelmente voltadas para o consumo interno, como a pecuária, a produção de telhas e a pesca.

Resta por fim, para além das diferenças econômicas entre estes senhores, a centralidade da propriedade escrava na constituição de seus patrimônios, superando largamente, na média, os valores dos imóveis, sejam eles de morada ou terras para o cultivo. A importância atribuída à aquisição destes trabalhadores é evidente no caso de dona Maria Clara, em que o preço de sua cativa Luiza ultrapassava com larga margem o valor de sua própria casa.

Neste aspecto, qual seja, a centralidade dos escravizados no patrimônio médio, a freguesia de São José afastava-se de Laguna e aproximava-se da vizinha São Miguel. Vemos na tabela IX que, do valor total dos bens inventariados, os cativos perfaziam quase metade do valor. Em Laguna, contrariamente, a despeito da importância fundamental da propriedade de escravizados, entre os anos de 1810 e 1829, estes compuseram entre 34,9% e 24,6% dos ativos. Em São Miguel, por outro lado, Fernanda Zimmermann aponta que, entre 1830 e 1849, os cativos ultrapassavam a marca dos 50% das fortunas (ZIMMERMANN, 2011, p. 96).

São José e São Miguel diferenciavam-se de Laguna por serem freguesias bastante ruralizadas, ao passo que Laguna, uma vila portuária, já possuía uma importante classe de comerciantes que concentravam partes significativas de seus patrimônios em dívidas ativas e imóveis urbanos, como apontou André Passos, aproximando-se assim, embora em grau diferente, da situação identificada por Ângelo Biléssimo em Desterro (PASSOS, 2021, p. 193);(BILÉSSIMO, 2010, p. 123-125).

Após esta fotografia da economia escravista josefense a partir dos inventários, retomemos seu movimento ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Como apontado anteriormente, a similaridade das origens dos africanos informados nos registros de batismo de São José com os daqueles identificados no Rio de Janeiro indicam a origem provavelmente carioca da aquisição destes cativos. Essa conclusão é reforçada pelos laços entre a freguesia e comerciantes de Desterro que mantinham negócios diretamente com a cidade. Os laços comerciais com esta praça eram, portanto, essenciais. Ela fornecia tanto a mão-de-obra como a demanda por produtos que implicavam em seu emprego.

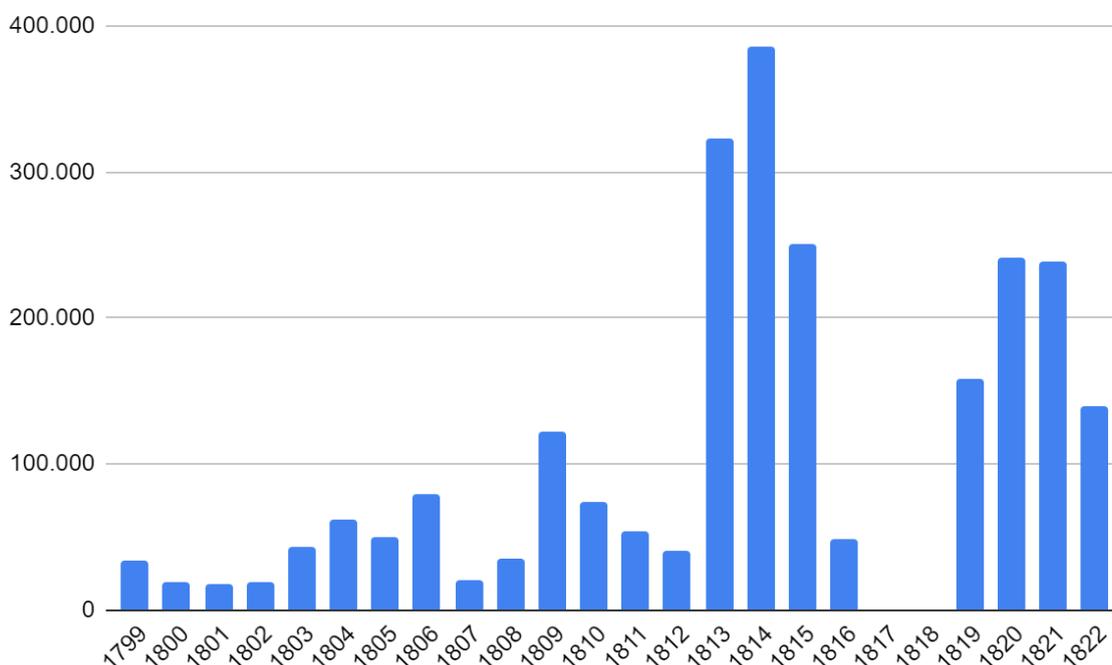
Tabela X: Composição patrimonial dos inventários de São José nas três primeiras décadas do século XIX

Falecido(a)	Ano	Engenhos	Ferramentas	Animais	Moradas	Terras	Produtos	Escravizados	Bens pessoais	Valores não identificados	Soma dos bens avaliados
Antônio Vilela	1820	12\$000	4\$720	-	2\$000	64\$220	-	-	920	11\$220	95\$080
Pedro Machado Ferreira	1817	-	-	-	19\$200	94\$000	-	-	-	-	113\$200
Dona Maria Clara	1819	-	-	-	89\$000	-	-	128\$000	-	-	217\$000
Felipe da Silva Rosa	1819	-	5\$920	-	80\$000	130\$000	-	-	6\$320	-	222\$240
Bernarda Joaquina	1821	-	8\$800	-	30\$000	27\$500	15\$840	128\$000	40\$380	660	251\$180
Severino de Souza Sarmiento	1824	51\$000	1\$600	-	25\$600	297\$000	-	281\$600	2\$640	2\$800	662\$240
Jacinta Rosa de Jesus	1823	20\$000	4\$640	32\$800	12\$800	213\$500	-	448\$800	6\$400	3\$080	742\$020
Teresa de Jesus	1827	16\$000	9\$000	44\$000	354\$000	120\$000	7\$000	405\$600	36\$000	19\$600	1:011\$200
Jerônimo dos Santos	1824	-	-	-	400\$000	30\$000	-	717\$520	1\$090	320	662\$240
Antônio Lourenço de Medeiros	1822	44\$800	27\$200	64\$900	51\$200	1:288\$700	-	838\$400	16\$590	2\$040	2:333\$830
Dona Maria Joaquina	1827	64\$000	48\$220	86\$200	450\$000	842\$500	78\$000	1:300\$600	182710	32980	3:085\$210
Valor total	-	207\$800	61\$880	227\$900	1:063\$800	2:264\$920	100\$840	4:248\$520	293\$050	72\$700	8:541\$410
Percentual sobre o a soma	-	2,43%	0,72%	2,67%	12,45%	26,52%	1,18%	49,74%	3,43%	0,85%	100,00%

Fonte: Arquivo Central do Poder Judiciário de Santa Catarina. Inventários. (1800-1830).

A instalação da Corte no Rio de Janeiro em 1808, vimos, provocou um forte crescimento da demanda da cidade por alimentos. O gráfico a seguir mostra a evolução das compras de farinha de mandioca pelo porto do Rio de Janeiro entre os anos 1799 e 1822, com um lapso nos anos de 1817 e 1818.

Gráfico VII. Total de farinha de mandioca em arrobas importada pelo porto do Rio de Janeiro entre os anos de 1799 e 1816 e 1819 e 1822



Fonte: FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura:** Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p 166-167.

A expansão, como se vê, é marcada. Entre os anos de 1799 e 1808, a importação carioca passou de uma mediana de 34.812 arrobas do produto, para 148.708 arrobas entre 1809 e 1822. Salientamos o contraste entre o triênio de 1810-1812, quando importou-se 169.232 arrobas de farinha, com o triênio 1813-1815, quando este valor atingiu quase um milhão. A correspondência com a curva do batismo de escravizados no período 1810-1815 presente no gráfico V é evidente. Em São José, mais especificamente, entre os anos de 1801 e 1828, o triênio 1813-1815 foi o momento em que cerca de 55% dos africanos foram batizados.

Consoante com seus laços estreitos com a capital do vice-reino, o litoral catarinense beneficiou-se imediatamente do aumento da demanda. Entre 1796 e 1820 houve uma expansão generalizada das exportações de gêneros agrícolas da capitania:

Tabela XI. Total de farinha de mandioca, milho e feijão exportados em arrobas e total de milho exportado em quilos por Santa Catarina nos anos de 1796, 1803, 1804, 1806, 1810, 1819 e 1820

	Exportação de farinha de mandioca em alqueires	Exportação de milho em alqueires	Exportação de feijão em alqueires	Exportação de arroz em arrobas
1796	52.135	2.476	1.864	-
1803	63.423	1.907	2.295	184.338
1804	89.606	2.030	1.710	-
1806	71.042	2.589	2.961	217.290
1810	71.487	1.702	6.872	542.161
1819	106.389	10.119	3.148	-
1820	142.415	16.841	6.121	376.660

Fonte: PASSOS, André Fernandes. **Agricultura, Escravidão e Capital no litoral de Santa Catarina:** Desterro, Laguna e o mercado atlânticos (175-1850). Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021, p. 45-48; LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 245, p. 3-187, out./dez. 1959, p. 120-121; 173.

Em termos do volume, destaca-se a trajetória da exportação da farinha de mandioca no período. Se entre os anos de 1796 e 1810, o produto apresenta uma ligeira expansão, mantendo-se em níveis quase estáveis, entre os anos de 1810 e 1820, o volume exportado dobra. Mais explosivo foi o crescimento do milho, gênero de que, como vimos, a freguesia de São José liderava a produção. Após um período de estagnação na década anterior, a exportação aumentou quase dez vezes entre os anos de 1810 e 1820. No caso do feijão e do arroz, a expansão se deu já na primeira década do Dezenove, mantendo-se em um patamar elevado até 1820. Este período foi particularmente favorável ao arroz: seu preço saiu de uma mínima de 500 réis a arroba no Rio de Janeiro em 1799, para 1200 réis em 1810 e 1811 (ARRUDA, 1980, p. 394-395).

Para responder a tal crescimento da demanda seria necessário o aumento da produção e a incorporação de mais força de trabalho às lavouras. O crescimento da população livre neste decênio não acompanhou, contudo, o ritmo acelerado da exportação. Se esta, no caso da farinha de mandioca, praticamente dobrou em dez anos, a população livre cresceu somente

trinta por cento em Santa Catarina e quarenta e dois por cento em São José entre os anos de 1810 e 1819.

Configurava-se, portanto, uma conjuntura, como descreve Bert Barickman, na qual a necessidade de mão-de-obra supera o que uma família é capaz de oferecer e faz-se então necessário o recurso ao trabalho de escravizados. Neste sentido, o crescimento acelerado do mercado interno permite a capitalização das unidades produtivas, mas o aumento da produção depende, por sua vez, em grande medida, da aquisição de mais trabalhadores escravizados. A correspondência entre a aceleração da expansão da população cativa e da exportação de alimentos na segunda década do século XIX parece apontar para tal cenário na freguesia de São José da Terra Firme. Ali, as unidades produtivas responderam aumentando em pouco mais de três vezes o número de escravizados presentes na região entre 1810 e 1836.

Esta conjuntura, que implicou todo o litoral catarinense, afetou diferencialmente a freguesia de São José. As vantagens do território josefense, anteriormente abordadas, permitiram-lhe beneficiar-se excepcionalmente do momento econômico favorável. Isto é evidente se tomarmos o crescimento da população cativa como critério. Entre 1787 e 1836, o número de escravizados da freguesia aumentara 438%, ao passo que, em Santa Catarina, excluindo-se deste cálculo a vila de Lages, que só foi incorporada à capitania em 1820, e a própria freguesia de São José, esta população havia se expandido cerca 182%, pouco menos da metade, passando de 3.904 para 11.106 escravizados neste período. Conseqüentemente, se São José concentrava 7,60% dos cativos da capitania em 1787, passou a ter 13,5% deles em seu território em 1836.

Se tomarmos, por outro lado, um índice elevado de masculinidade como indicativo de uma maior mercantilização das unidades produtivas, como sugere André Passos, encontraríamos São José melhor inserida no circuito atlântico de trocas. Eram 183 homens por 100 mulheres, em 1836, enquanto o índice catarinense, excluindo-se São José, era de 155 homens para cada 100 mulheres.

Em conclusão, a análise das fontes disponíveis para a freguesia de São José nas três primeiras décadas do século XIX revelam a importância não somente demográfica (os escravizados chegaram a compor 1/4 da população josefense em dado momento), mas também econômica do emprego de cativos da região. Se, por um lado, eram o componente crucial das fortunas inventariadas, por outro, eram força de trabalho crucial nas lavouras da região, suplementando a mão de obra familiar no trabalho do campo. Era esta atividade agrícola, centrada na produção da farinha de mandioca, que permitia à freguesia inserir-se nas redes de troca atlânticas. Uma mudança na conjuntura comercial no período, sobretudo após a

instalação da corte no Rio de Janeiro, implicou no aumento explosivo da demanda de gêneros alimentícios para o Sudeste. O litoral catarinense como um todo beneficiou-se deste movimento positivo e São José, vantajosamente situada perto do principal porto da região aproveitou o momento de forma destacada. O aumento acelerado da demanda por alimentos implicou necessariamente em um aumento na demanda por trabalho e o principal polo de consumo dos primeiros também era central no fornecimento do segundo. Sucedeu, por fim, que, respondendo a tal conjuntura, São José expandiu aceleradamente sua população escravizada, mediante a importação de africanos, em velocidade superior mesmo ao crescimento da população livre na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Similarmente ao que se passou no restante do estado, a memória josefense centrou-se no papel do imigrante em sua constituição. Não tratava-se, contudo, de qualquer imigrante. O Monumento aos Açorianos, na praça do centro histórico de São José nos revela quem seriam os protagonistas desta história. Em grande medida, este trabalho também buscou valorizar o papel de um grupo de imigrantes que vieram forçados para a região: os africanos escravizados. Necessidade acrescida de importância na medida em que os trabalhos historiográficos que tratam sobre a história da cidade abordam de forma superficial o tema.

O sentido que assumiu este trabalho foi o de valorizar o aspecto econômico da presença de trabalhadores escravizados em São José. Ao fazê-lo, buscamos seguir o percurso indicado por outros trabalhos de uma historiografia catarinense recente que vem reavaliando o papel que os escravizados na região. Como analisamos nos dois primeiros capítulos deste trabalho, certo entendimento da economia colonial que centrava suas análises nas ligações entre as grandes unidades produtivas e os mercados internacionais ao frequente prejuízo do estudo das dinâmicas do mercado interno deu lugar a uma reavaliação da importância da dinâmica interna da colônia e, sobretudo, a capacidade desta de gerar circuitos comerciais que permitiam às pequenas e médias lavouras ligadas ao abastecimento interno ter amplo acesso à força de trabalho escravizada.

Em Santa Catarina, estas atividades econômicas sobretudo a produção de farinha de mandioca, que a historiografia tradicional atribuiu como fator de estagnação e explicação de uma suposta ausência do emprego de escravizados para além de poucos setores, foi revalorizada como elemento de dinamização econômica e inserção da região nos circuitos econômicos do Atlântico que possibilitavam por sua vez um emprego crescente de escravizados.

Estas pesquisas de caráter frequentemente quantitativo demonstraram um uso difundido de trabalhadores escravizados na região, a importância deste tipo de propriedade na constituição das fortunas locais e mesmo a presença de empresas escravistas de tamanho razoável ligadas ao setor de abastecimento.

Foi à vista destas descobertas que nos lançamos na pesquisa de São José. Freguesia que, embora compartilhando uma origem comum com muitas outras na região, logo viria se destacar economicamente no início do século XIX. As condições geográficas lhe favoreciam, era a comunidade mais próxima do principal porto da região, Desterro, situada a pouca

distância, do outro lado da baía. Possuía terras propícias ao cultivo de alimentos e um território cortado por alguns rios navegáveis por canoa nas proximidades do mar.

No alvorecer do século XIX, São José, que desde as últimas décadas do século anterior já constituía uma pequena, mas significativa população cativa, passou por mudanças demográficas importantes. Estimuladas pela demanda crescente por alimentos no sudeste brasileiro, sobretudo após a instalação da corte no Rio de Janeiro, as unidades produtivas josefenses importaram quantidades crescentes de trabalhadores escravizados para responder à demanda acrescida de trabalho. Significativo neste sentido é o fato de que a população cativa da freguesia se expandiu em velocidade mais acelerada do que a livre nas três primeiras décadas do Oitocentos.

A inserção do litoral catarinense nas trocas comerciais coloniais durante o período que Beatriz Mamigonian classificou como sua segunda fase de ocupação implicou, como vimos, de maneira generalizada, na expansão do uso de escravizados nas lavouras da capitania. Tal processo se deu, entretanto, de maneira diferenciada em São José. Neste momento, a freguesia passa de uma póvoa secundária no litoral para um de seus principais centros populacionais e importante núcleo escravista.

O peso patrimonial e a difusão do emprego destes trabalhadores é revelada pelos inventários. Seguindo o padrão encontrado em outras regiões de Santa Catarina, a maior parte dos inventários possuía algum escravizado. Ao lado dos pequenos proprietários, já despontavam alguns plantéis de maior vulto, indicando o surgimento de empresas escravistas voltadas para o abastecimento interno no território da freguesia. Os cativos eram centrais na composição das fortunas locais, constituindo cerca de metade dos “bens” avaliados.

Esperamos, por fim, ter demonstrado a necessidade de incluir os escravizados nos estudos da história josefense para além de uma nota de rodapé ou de colocações vagas a respeito de suas contribuições culturais. Entendemos ter sido a escravidão um aspecto central da história do município no momento em que São José despontava como um local importante no cenário catarinense. Ademais, dada a escassez dos inventários para o período em estudo, apontamos para a necessidade de expandir as análises destes documentos para as décadas seguintes, incluindo a análise dos inventários dos grandes comerciantes desterrenses sesmeiros em São José, afim de se avaliar a precisão de algumas das hipóteses deste trabalho.

FONTES

BANCOS DE DADOS

FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. Tráfico interno de escravos e relações comerciais centro-sul (séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Ipea/LIPHIS-UFRJ, 2001. [CD-ROM]. Documentação proveniente do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Conteúdo: Códice 390: Receita dos direitos de despacho de escravos para os portos do Sul (1815-1826), volume 6.

IMPRESSAS

Paulo Joze Miguel de Brito. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina. Lisboa, 1829.

Quadro populacional fornecido pelo presidente Feliciano Nunes Pires em 16 de julho de 1832. Transcrição obtida em PIAZZA, 1975, p. 323-326.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Província de Santa Catharina (1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX (compilado por Paulo Berger), 1ª edição. Florianópolis, Editora da UFSC / Assembleia Legislativa, 1984.

Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do ano de 1812. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 210.

Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do ano de 1813. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 211.

Resumo geral de toda a população pertencente ao Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina, extrahido dos Mapas que derão os Comandantes dos Destritos do ano de 1814. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 212.

Mappa da População do Governo de Santa Catarina segundo as Listas dos Capitães Mores, dadas em o último de Dezembro de 1820, Confrontando com as do último de Dezembro de 1819. Transcrição obtida em MALAVOTA, 2007, p. 213.

MANUSCRITAS:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA:

Mapa das freguesias que tem Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, os civis e os casais das ilhas. c.a. 1750. - AHU_CU_021, Cx. 1, D. 67.

Mapa das Freguesias que tem a Ilha de Santa Catarina e seu Continente com distinção do nº de uns e outros casais. Companhia de Ordenança e nº de Almas que contém. Ano de 1753. - AHU_CU_021, Cx. 2, D. 93.

OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. Antônio José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. AHU_CU_021, Cx. 6, D. 387.

CARTA do [governador de Santa Catarina], coronel Joaquim Xavier Curado, ao príncipe regente [D. João], remetendo mapas estatísticos da povoação, culturas, exportações e importações de 1803, referentes aos diferentes distritos que pertencem à Santa Catarina. AHU_CU_021, Cx. 8, doc. 454.

OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], enviando mapas das vilas, freguesias, tropas e engenhos, e o desenho do aquartelamento das tropas de Linha. AHU_CU_021, Cx. 9, doc. 501.

OFÍCIO do [governador de Santa Catarina], Luís Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos géneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da ilha e mapas do Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha. AHU_CU_021, Cx. 9, D. 523.

ARQUIVO CENTRAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA:

INVENTÁRIOS:

Antônio José Vilella (1820).

Antônio Lourenço Medeiros (1822).

Bernarda Joaquina (1821).

Felipe da Silva Rosa (1819).

Jacinta Rosa de Jesus (1823).

Jerônimo dos Santos (1824).

Maria Clara de Jesus (1819).

Maria Joaquina (1827).

Pedro Machado Ferreira (1817).

Severino de Souza Sarmento (1824).

Tereza de Jesus (1827).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO:

Resumo de toda a População pertencente ao Governo da Ilha de Santa Catarina, extraído dos Livros de Baptismo e Róis da desobriga do ano 1787 com separação de Sexos, Estados, e Parentescos, mandado ordenar pelo Governador Interino (...). ANTT, Ministério do Reino, mç.600, nº130. Transcrição cedida pelo professor doutor Luciano Gomes.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO:

Mappa de população da Província de Santa Cathar.a do Anno de 1829. ANRJ, Cód.808, Vol.3, fol.83. Transcrição cedida pelo professor doutor Luciano Gomes.

(...)na dos Fogos e Populações da Província de Santa Catharina no Anno de 1836. ANRJ, Cód.808, Vol.3, fol.85. Transcrição cedida pelo professor doutor Luciano Gomes.

FLORIANÓPOLIS, ARQUIVO HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO DE SANTA CATARINA:

São José - Batizado de Escravos - 1801-1828.

Livro de Batismos – Lagoa – n. 1 (1801-1864). Transcrição de Maria Helena Rosa Schweitzer. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.

Primeiro Livro de Registro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, 1799-1814. Transcrição de Vitor Hugo Bastos Cardoso e outros. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo Livro de Registro de Óbitos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, 1814-1834. Transcrição de Vitor Hugo Bastos Cardoso e outros. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Receita e despesa do novo imposto da farinha de mandioca (1813-1821). Transcrição de Yuri Lueska. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Transcrição paleográfica dos Registros de Sesmarias do Governo da Capitania (1753/1806). APESC_IP 037-05.

Índice onomástico dos Registros de Sesmarias do Governo da Capitania (1753/1825). APESC_IP 037-02.

FALAS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATARINA:

Documento nº 15 - Quadro da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província de Santa Catarina com o resumo da sua população relativa ao ano civil de 1840 da Fala que o presidente da província de Santa Catharina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1841

Mapa aproximado da população da província de Santa Catarina do Relatório do presidente da província de Santa Catharina em 1º de março de 1855.

Mapa da população da província de Santa Catarina no ano de 1866 do Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária pelo presidente Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no ano de 1867. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867.

Relatório do presidente da província de Santa Catharina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 05 de abril de 1836.

Fala do Ilustríssimo e excelentíssimo senhor José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província de Santa Catharina na abertura da terceira sessão da primeira legislatura provincial em o primeiro de março de 1837, décimo sexto da independência e do Império. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1837.

Relatório do presidente da província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil, 1860.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de. A. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1980.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: BASSANEZI, Carla Pinsky; DE LUCA, Tânia Regina, organizadoras. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009,

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. **Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (mestrado em história) - Universidade de Lisboa, 2010.

BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2º sem. 2005.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CARDOSO, Fernando; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; BRANCHER, Ana Lize, organizadoras. **Historiografia: 35 anos**. Letras Contemporâneas: 2011.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José - 256 anos: em busca de raízes**, 2ª edição. São José: Ed. do autor, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p 166-167.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007.

GOMES, Luciano Costa. **Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836**. Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017.

KÜHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. 1ª. ed. Poto Alegre: Leitura XXI, 2002

LAYTANO, Dante. Corografia da Capitania de Santa Catarina. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 245, p. 3-187, out./dez. 1959.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o Caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYE, Tamá; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. 2ª. ed. revista. São Paulo: Hucitec, 2002.

LUZ, Aujor Ávila. **Santa Catarina**: quatro séculos de história. Florianópolis: Insular, 2000.

MAGALHÃES, Diogo Franco. O reinventar da Colonia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira. 2008. 168p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

MALAVOTA, C. **Os africanos de uma vila portuária do Brasil**: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850. 2007. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGHPUC, Porto Alegre, 2007.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João et al, organizadores. **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 2ª edição. Vitória: EDUFES, 2014.

—, Beatriz Gallotti; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Tráfico de escravos e a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa**: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MARTINS, A. L. M. . Notas sobre a demografia e a economia de Pernambuco nos idos de 1817. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói.

MATOS, P. T.; SOUSA, P. S. A estatística da população na América portuguesa, 1759-1820. Memórias. Revista Digital de Historia y Arqueología Desde el Caribe Colombiano, ano 11, n. 25, p. 73-103, 2015.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José da Gama Lobo Coelho d'Eça. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1293-Jose_da_Gama_Lobo_Coelho_d_Eca>. Acesso em: 20 de março de 2024.

—. Biografia Manoel Soares de Coimbra. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1296-Manoel_Soares_de_Coimbra>. Acesso em: 20 de março de 2024.

—. Biografia José Pereira da Cunha. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1292-Jose_Pereira_da_Cunha>. Acesso em: 20 de março de 2024.

OSÓRIO, H.. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. In: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007, Florianópolis.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

—, André Fernandes. **Agricultura, Escravidão e Capital no litoral de Santa Catarina**: Desterro, Laguna e o mercado atlânticos (175-1850). Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PIAZZA, Walter F. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo: Resenha Universitária, Florianópolis: UDESC, 1975.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora Lunardelli, Editora da UFSC, 1983.

PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTANA CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979

SCHWARTZ, Stuart. B.. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

—. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial. In: SCHWARTZ, Stuart. B.. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Africanos no sul do Brasil**: rotas do tráfico e identidade étnica. Relatório de Pesquisa PIBIC/UFSC, 2006.

SILVA, Augusto da. **A ilha de Santa Catarina e sua terra firme**: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (doutorado em história) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMAS, Daniel. **Dinâmica socioespacial do município de São José/SC**: uma abordagem geográfica. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ZIMMERMANN, Fernanda. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório de pesquisa Pibic/BIP-CNPq/UFSC, 2004.

—, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha**: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860. Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.